

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO PARANÁ**  
**MESTRADO EM TEOLOGIA**  
**DIANDRA BRANDT**

**APOCALIPSE E APOCALÍPTICA COMO PROPOSTA DE ESPERANÇA**  
**PARA A VIDA CRISTÃ EM TEMPOS DE CRISE**

**CURITIBA**  
**2017**

**DIANDRA BRANDT**

**APOCALIPSE E APOCALÍPTICA COMO PROPOSTA DE ESPERANÇA  
PARA A VIDA CRISTÃ EM TEMPOS DE CRISE**

Dissertação de Mestrado. A Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Teologia do Centro de Teologia e Ciências Humanas da PUC-PR como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Teologia.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Alexandre Solano Rossi.

**CURITIBA**

**2017**

Brandt, Diandra

B821a 2017 Apocalipse e apocalíptica como proposta de esperança para a vida cristã em tempos de crise / Diandra Brandt ; orientador: Luiz Alexandre Solano Rossi. – 2017.

65 f. ; 30 cm

Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná,  
Curitiba, 2017

Bibliografia: f. 56-65

1. Teologia. 2. Vida cristã. 3. Esperança- Aspectos religiosos. 4. Império.

I. Rossi, Luiz Alexandre Solano. II. Pontifícia Universidade Católica do Paraná.  
Programa de Pós-Graduação em Teologia. III. Título.

CDD 20. ed. – 230

Dados da Catalogação na Publicação

Pontifícia Universidade Católica do Paraná  
Sistema Integrado de Bibliotecas – SIBI/PUCPR  
Biblioteca Central

ATA DA SESSÃO PÚBLICA DE EXAME DE DISSERTAÇÃO Nº. 140  
DEFESA PÚBLICA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE  
DIANDRA KEREN BRANDT

Aos oito dias, do mês de agosto de dois mil e dezessete, às quatorze horas reuniu-se na sala de Defesa - Segundo andar da Escola de Educação e Humanidades da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, a banca examinadora constituída pelos professores: Luiz Alexandre Solano Rossi, Vicente Artuso e José Neivaldo de Souza, para examinar a dissertação da candidata Diandra Keren Brandt, ingressante no programa de Pós-graduação em Teologia - Mestrado, no segundo semestre de dois mil e quinze. Linha de pesquisa: Bíblia e Evangelização. A mestranda apresentou a dissertação intitulada: "APOCALIPSE E APOCALÍPTICA COMO PROPOSTA DE ESPERANÇA PARA A VIDA CRISTÃ EM TEMPOS DE CRISE." A Candidata fez uma exposição sumária da dissertação, em seguida procedeu-se à arguição pelos Membros da Banca e, após a defesa, A Candidata foi 2prova222 pela Banca Examinadora. A sessão encerrou-se às 15 h 30 min. Para Constar, lavrou-se presente Ata, que vai assinada pelos Membros da Banca Examinadora.

Prof. Dr. Luiz Alexandre Solano Rossi \_\_\_\_\_  
Presidente/Orientador.

Prof. Dr. Vicente Artuso \_\_\_\_\_  
Convidado Interno

Prof. Dr. José Neivaldo de Souza \_\_\_\_\_  
Convidado Externo

\_\_\_\_\_ CIENTE  
Prof. Dr. Alex Villas Boas Oliveira Mariano  
Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Teologia- *Stricto Sensu*  
PPGT - PUCPR



Dedico essa dissertação a todos que se sentem desesperados em momentos de crise. Dedico à minha família, meu pai Álvaro e minha mãe Marli. Sem o incentivo de vocês eu não teria percorrido nem meio caminho.

## RESUMO

Esta pesquisa refletiu sobre o tema “Apocalipse e apocalíptica como proposta de esperança para a vida cristã em tempos de crise”. O texto tem como objetivo mostrar que o texto joanino do Apocalipse apresenta uma proposta de esperança para os tempos de crise na sociedade. A partir de uma metodologia de pesquisa bibliográfica, a pesquisa analisa textos da carta joanina, apresentando a hipótese de uma leitura, que feita a partir de uma hermenêutica anti-imperialista, poderá produzir esperança para a vida cristã em tempos de crise. Em tempos atuais, algumas igrejas cristãs apoiadas em textos bíblicos, tais como o Apocalipse, usam a mensagem cristã, (que no fundo sempre foi de libertação), como legitimação para oprimir as pessoas, sobretudo os pobres e menos favorecidos. O texto está dividido em três partes: Na primeira parte será apresentado o contexto em que foi produzida a carta do Apocalipse de João; no segundo momento, a carta joanina será apresentada como proposta anti-imperialista; e, finalmente na terceira parte, serão apresentadas possíveis contribuições dessa leitura libertadora. A pesquisa conclui apontando caminhos para uma leitura anti-imperialista que produz esperança.

**Palavras-chaves:** Apocalipse. Império. Esperança. Apocalíptica.

## **ABSTRACT**

This research reflected on the theme "Apocalypse and apocalyptic as a proposal of hope for the Christian life in times of crisis". The text aimed to show that the Johannine text of Revelation presents a proposal of hope for times of crisis in society. From a bibliographical methodology, the research analyzes the texts of the Johannine letter, presenting the hypothesis of a reading that, based on an anti-imperialist hermeneutics, can produce hope for the Christian life in times of crisis. In modern times, some Christian churches based on biblical texts, such as the Revelation, use the Christian message (which actually has always been of liberation), as a legitimation to oppress people, especially the poor and disadvantaged. This text is divided into three parts: In the first part, the context in which the letter of John's Revelation was produced will be presented; in the second part, the Johannine letter will be presented as an anti-imperialist proposal; and finally in the third part, possible contributions of this liberating reading will be presented. This research concludes by pointing the way to an anti-imperialist reading that produces hope.

**Keywords:** Revelation. Empire. Hope. Apocalyptic.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>1</b>
<b>1- APOCALIPSE DE JOÃO</b> .....	<b>5</b>
<b>1.1 O LIVRO DE APOCALIPSE</b> .....	<b>5</b>
<b>1.2 COMPOSIÇÃO E CONFIGURAÇÃO</b> .....	<b>6</b>
1.2.1 Gênero.....	7
1.2.2 Fontes .....	8
1.2.3 Configuração .....	9
<b>1.3 Compreensão inicial do Apocalipse de João</b> .....	<b>9</b>
<b>1.4 A centralidade da compreensão das origens teológicas do Apocalipse</b> .....	<b>11</b>
<b>1.5 A Tradição visionária</b> .....	<b>12</b>
<b>1.6 Diferentes padrões de interpretação</b> .....	<b>14</b>
1.6.1 Traçando interpretações diferentes.....	15
<b>2. AS FACES DO IMPÉRIO ROMANO</b> .....	<b>19</b>
<b>2.1 Contextualização sobre o Império Romano</b> .....	<b>19</b>
2.1.1 O Conceito de Império e Seus Aspectos Históricos.....	20
<b>2.2 O Império Romano e as práticas de violência, opressão, tributação e escravização no século I</b> .....	<b>23</b>
<b>2.3 As guerras e resistências judaicas do século I</b> .....	<b>26</b>
2.3.1 A resistência passiva do judaísmo .....	27
2.3.2 A guerra civil judaica em meados de 66-70 d.C .....	29
2.3.3 Os fatores sociopolíticos da guerra civil judaica .....	31
<b>2.4 As comunidades cristãs e o Império Romano no século I</b> .....	<b>33</b>
2.4.1 A comunidade cristã e a <i>Pax romana</i> .....	34
2.4.2 A comunidade cristã e o culto ao imperador .....	35
<b>2.5 A Apocalíptica como indicativo de Justiça</b> .....	<b>38</b>
<b>2.6 A Apocalíptica como instrumento de esperança</b> .....	<b>40</b>
<b>3. O Apocalipse de João como mensagem de esperança em tempos de crise</b> .....	<b>42</b>
<b>3.1 ESPERANÇA DE LIBERTAÇÃO</b> .....	<b>42</b>
<b>3.1.1 ESPERANÇA DE TRANSFORMAÇÃO</b> .....	<b>43</b>
<b>3.2 O DESOCULTAMENTO DO APOCALIPSE DE JOÃO</b> .....	<b>44</b>

<b>3.3 A MENSAGEM DE ESPERANÇA .....</b>	<b>48</b>
<b>3.4 TEMPOS DE CRISE .....</b>	<b>50</b>
<b>CONCLUSÃO .....</b>	<b>53</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>56</b>

## INTRODUÇÃO

O Apocalipse, o último livro da Bíblia, é um dos mais difíceis de entender porque abunda em simbolismo desconhecido e extravagante, o que na melhor das hipóteses, parece incomum para o leitor moderno. A linguagem simbólica, no entanto, é uma das principais características da literatura apocalíptica. Essa literatura gozava de ampla popularidade desde os tempos veterotestamentários bem como nos primeiros séculos.

O Livro de Apocalipse contém relatos de visões em linguagem simbólica e alegórica emprestadas extensivamente do Antigo Testamento, especialmente Ezequiel, Zacarias e Daniel. Se essas visões eram ou não experiências reais do autor ou simplesmente convenções literárias, empregadas por ele, é uma questão em aberto.

Isso, no entanto, é certo: as descrições simbólicas não devem ser consideradas como descrições literais, nem o simbolismo deve ser representado realisticamente. Seria difícil e repulsivo visualizar um cordeiro com sete chifres e sete olhos; contudo Jesus Cristo é descrito precisamente nessas palavras (Ap 5:6). O autor usou estas imagens para sugerir o universal (sete), poder (chifres) e o conhecimento (olhos) de Cristo. A linguagem simbólica era necessária pelo fato de os cristãos estarem sendo perseguidos pelo império e uma linguagem literal não permitiria que o texto chegasse aos destinatários. O livro também apresenta uma linguagem vingativa (Ap 6:9-10; 18:1-19) que também deve ser entendida simbolicamente e não literalmente. Os gritos de vingança nos lábios dos mártires cristãos que soam tão duros são, na verdade, dispositivos literários que o autor empregou para evocar no leitor e ouvinte um sentimento de horror pela apostasia e rebelião que será severamente punido por Deus.

As descrições lúbricas do castigo de Jezabel (Ap 2:22) e da destruição da grande prostituta, Babilônia (Ap 16, 9-19: 2), são igualmente dispositivos literários. A metáfora de Babilônia como prostituta seria erroneamente interpretada literalmente. O texto refere-se à destruição do império romano. Por outro lado, a figura estilizada da mulher vestida com o sol (Ap 12, 1-6), retratando o Novo Israel, pode parecer um estereótipo negativo. Contudo,

olhando além do significado literal é possível perceber que essas imagens significam transmitir um sentido da ira de Deus contra o pecado no primeiro caso e confiar no cuidado providencial de Deus sobre a igreja nos últimos dias.

O Livro de Apocalipse não pode ser adequadamente compreendido, exceto a partir do contexto histórico que ocasionou sua escrita, como Daniel e outros apocalipses, que foram compostos como literaturas de resistências para enfrentar uma crise. O próprio livro sugere que a crise foi a perseguição implacável da igreja primitiva pelas autoridades romanas; a prostituta Babilônia simboliza a Roma pagã, a cidade em sete colinas (Ap 17: 9).

O livro é, pois, uma exortação e uma advertência aos cristãos do primeiro século para que permaneçam firmes na fé e evitem o compromisso com o paganismo, apesar da ameaça da adversidade e do martírio. Eles devem esperar pacientemente o cumprimento das poderosas promessas de Deus. O triunfo de Deus no mundo de homens e mulheres permanece um mistério, para ser aceito na fé e desejado pela esperança.

É um triunfo que se desdobrou na história de Jesus de Nazaré e continua a desdobrar-se na história do cristão individual que segue o caminho da cruz, mesmo que, se necessário, à morte pelo martírio.

Embora a perspectiva seja escatológica – a salvação e a vitória últimas terão lugar no final da era atual, quando Cristo virá em glória na *parousia* – o livro apresenta a luta decisiva de Cristo e seus seguidores contra Satanás e suas coortes como já foi destacado. A derrota esmagadora de Cristo sobre o reino de Satanás conduziu ao reinado eterno de Deus (Ap 11:15; 12:10). Mesmo as forças do mal involuntariamente realizam o plano divino (Ap 17:17), pois Deus é o Senhor soberano da história.

O Livro de Apocalipse teve sua origem em um tempo de crise, mas permanece válido e significativo para os cristãos de todos os tempos. Diante de um mal aparentemente insuperável, de dentro ou de fora, todos os cristãos são chamados a confiar na promessa de Jesus: "Eis que eu estou convosco todos os dias, até o fim dos tempos" (Mt 28:20). Aqueles que permanecem firmes na sua fé e confiança no Senhor ressuscitado não precisam ter medo. O sofrimento, a perseguição, até mesmo a morte pelo martírio e todas as forças do mal serão vencidas por Deus. Não importa que adversidade ou sacrifício que os cristãos possam suportar, no final triunfarão sobre as forças do mal por

causa de sua fidelidade a Cristo vencedor. Esta é a mensagem duradoura do livro; é uma mensagem de esperança, consolo e desafio para todos os que se atrevem a crer.

O autor do livro chama-se João (Ap 1:4, 9; 22: 8) que, por causa de sua fé, foi exilado para a ilha rochosa de Patmos, uma colônia penal romana. Embora nunca tenha afirmado ser o apóstolo João, cujo nome está ligado ao quarto evangelho, ele foi identificado por vários dos primeiros padres da igreja, incluindo Justino, Irineu, Clemente de Alexandria, Tertuliano, Cipriano e Hipólito. Essa identificação, no entanto, foi negada por outros Padres, incluindo Denis de Alexandria, Eusébio de Cesaréia, Cirilo de Jerusalém, Gregório Nazianzeno e João Crisóstomo.

De fato, vocabulário, gramática e estilo, tornam duvidoso se o livro poderia ter sido colocado em sua forma atual pela mesma pessoa responsável pelo quarto evangelho. No entanto, existem afinidades linguísticas e teológicas definidas entre os dois livros. O tom das cartas às sete igrejas (Ap 1: 4-3: 22) é indicativo da grande autoridade do autor sobre as comunidades cristãs na Ásia. É possível, portanto, que ele fosse um discípulo de João, o apóstolo, que é tradicionalmente associado com essa parte do mundo. A data do livro na sua forma atual é provavelmente perto do final do reinado de Domiciano (81-96 d.C.), um feroz perseguidor dos cristãos.

Mediante essa contextualização motivou-se a realização de uma pesquisa que tratasse sobre as experiências cristãs e do Império Romano, escondidas por trás da simbologia do Livro de Apocalipse.

Assim sendo, tem-se como objetivo dessa pesquisa, abordar o apocalipse de João como proposta de esperança para a vida cristã em tempos de crise. Para atender a esse propósito, alguns objetivos específicos foram buscados como: reconhecer a violência que caminhava *pari passu* ao Império Romano; abordar a literatura apocalíptica como instrumento de resistência e, finalmente, destacar informações sobre a apocalíptica como instrumento de promoção de resistência e esperança.

Para realização dessa pesquisa será utilizada a pesquisa bibliográfica e exploratória buscando em diferentes bancos de dados teológicos nacionais e internacionais, publicações que se fizeram relevantes para que esse estudo pudesse ser concluído.

Assim, a pesquisa está estruturada do seguinte modo: Capítulo 1 – Abrange informações preliminares, trazendo informações básicas sobre o Livro de Apocalipse, considerando que alguns possíveis leitores dessa dissertação podem não ter o conhecimento prévio do assunto. Destaca-se a composição histórica, características e aspectos do Livro de Apocalipse, apresentando brevemente sua estrutura de conteúdos e alguns méritos de interpretação, necessários de serem conhecidos sobre o tema.

Capítulo 2 – Neste capítulo traremos informações sobre o Império Romano, suas ações e influências sobre os povos dominados bem como suas consequências. Entenderemos o por que na visão de muitos historiadores merecem lugar de destaque. Seu surgimento, seu crescimento e apogeu e por fim sua queda.

Veremos também como o povo judeu acabou entrando nessa órbita da conquista romana, culminando na entrada em cena de personagens conhecidos na história como Cesar, Herodes, Pompeu e Jesus.

Capítulo 3 – Aborda a apocalíptica como instrumento de promoção de resistência e esperança, considerando como a simbologia apocalíptica se transformou em uma ferramenta de fé contra o Império Romano e como proporcionou a promoção da fé e da esperança na comunidade Cristã do Século I d.C.

## 1. APOCALIPSE DE JOÃO

Esse capítulo faz uma breve explanação da história, das características e dos aspectos que envolvem o Livro de Apocalipse. Acredita-se ser relevante essas considerações iniciais, para o bom entendimento do estudo que se segue nos capítulos posteriores.

### 1.1 O livro do Apocalipse

O Livro de Apocalipse é um livro do Novo Testamento que ocupa um lugar central na escatologia cristã. Seu título é derivado da primeira palavra do texto, escrito em grego *Koine*: *apokalypsis*, que significa "revelação" (BRAIN, 2000). O Apocalipse, na concepção de Richard "é um livro misterioso, cheio de visões estranhas, descritas em linguagem obscura, que provocam nossa curiosidade. Sobretudo, hoje em dia, nestes tempos apocalípticos!" E, por isso, o Apocalipse "é um dos livros mais procurados da Bíblia. Também dos mais abusados [...] Mas parece um livro difícil, controvertido, fechado a sete chaves, cheio de problemas" (RICHARD, 2003).

O livro de Apocalipse é o único documento apocalíptico no cânon do Novo Testamento (embora haja passagens apocalípticas em vários lugares dos Evangelhos e das Epístolas).

O autor nomeia-se no texto como "João", mas sua identidade precisa permanece um ponto do debate acadêmico. Escritores cristãos do segundo século, como Justino Mártir, Irineu, Melito, o bispo de Sardes, Clemente de Alexandria e o autor do Cânone Muratori, identificam o apóstolo João como o "João" do Apocalipse (CALL, 2010).

A erudição moderna geralmente tem uma visão diferente, e muitos consideram que nada pode ser conhecido sobre o autor, exceto que ele era um profeta cristão. Alguns estudiosos modernos caracterizam o autor do Apocalipse como alguém que era chamado de "João de Patmos". A maior parte das fontes tradicionais datam o livro no reinado do imperador Domiciano (a.D. 81-96), e as provas tendem a confirmar isso (SANTOS, 2001).

O livro abrange três gêneros literários: o epistolar, o apocalíptico e o profético. Começa com João, na ilha de Patmos, dirigindo uma carta às "Sete

Igrejas da Ásia". Ele, então, descreve uma série de visões proféticas, incluindo figuras como a Prostituta da Babilônia e a Fera, que culminaram na Segunda Vinda de Jesus (SANTOS, 2001).

As imagens obscuras e extravagantes têm levado a uma grande variedade de interpretações cristãs: interpretações historicistas que veem em Apocalipse uma visão ampla da história; as interpretações preteristas que tratam o Apocalipse como se referindo principalmente aos eventos da era apostólica (século I), ou, o mais tardar, a queda do Império Romano.

Os de tendência futurista (Brown, 2010; Lyu, 2009) acreditam que o Apocalipse descreve eventos futuros e as interpretações idealistas ou simbólicas consideram que o Apocalipse não se refere a pessoas ou eventos reais, mas é uma alegoria do caminho espiritual e da luta contínua entre o bem e o mal.

## 1.2 Composição e configuração

O título é tirado da primeira palavra do livro em grego *Koine*: ἀποκάλυψις *apokalypsis*, que significa "revelação". O autor se autodenomina "João", mas atualmente é considerado improvável que o autor do Apocalipse fosse também o autor do Evangelho de João (GREEN, 2012).

No que se refere à perspectiva da composição dos textos, desde o processo de compilação, os estudiosos mais dedicados são unânimes em afirmar que foram utilizados documentos de épocas diferentes, que influenciaram diretamente tanto na forma, como no conteúdo. Há quem mencione a possibilidade do livro de Apocalipse ter sido escrito por um único autor em períodos diferentes e, no final da redação, teria tido algumas complementações (MELO, 2013).

Parte da evidência para isso foi estabelecida já na segunda metade do terceiro século por Dionísio de Alexandria, que observou que o evangelho e as epístolas atribuídas a João, ao contrário de Apocalipse, não nomeiam seu autor, e que o grego de "O evangelho" é correto e elegante, enquanto que o do Apocalipse não é nem um nem outro; alguns estudiosos mais recentes acreditam que os dois livros também têm diferenças radicais na perspectiva teológica (LEAL, 2009).

A tradição o vincula a João Apóstolo, mas é improvável que o apóstolo poderia ter vivido no tempo mais provável para a composição do livro, o reinado de Domiciano, e o autor nunca afirma que ele conhecia Jesus.

Tudo o que se sabe é que este João era um profeta cristão judeu, provavelmente pertencente a um grupo de tais profetas, e foi aceito como tal pelas congregações a quem ele endereça sua carta.

A tradição da Igreja data o livro ao fim do imperador Domiciano (que reinou de 81-96), e a maioria dos estudiosos modernos concordam, que o autor pode ter escrito uma primeira versão sob Vespasiano (a.D. 69-79) e atualizado o conteúdo do livro sob Domiciano.

A besta com sete cabeças e o número 666 parecem aludir diretamente ao imperador Nero que (reinou a.D. 54-68), mas isso não requer que Apocalipse tenha sido escrito nos anos 60, como havia uma crença generalizada em décadas posteriores que Nero voltaria.

### 1.2.1 Gênero

O Apocalipse, evidentemente, apresenta alguns gêneros. Como destaca Mesters, “para alguns, o que define o gênero apocalíptico é o fato de ele descrever uma revelação, vinda do alto”. Enquanto, “para outros, é a sua maneira de expressar tudo por meio de imagens, símbolos ou visões”. E ainda existem aqueles que afirmam que “é a sua maneira característica de ler a história e de dividi-la em etapas”. Outros pensam no Dia de Javé ou acreditam que o gênero apocalíptico revela o sentido da história. E, finalmente, “uns insistem mais no conteúdo, outros insistem mais na expressão literária” (MESTERS, 2003, p. 13).

O Livro do Apocalipse é uma profecia apocalíptica com uma introdução epistolar dirigida a sete igrejas na província romana da Ásia. "Apocalipse" significa a revelação dos mistérios divinos. João deve escrever o que é revelado (o que vê em sua visão) e enviá-lo às sete igrejas. Todo o livro constitui a carta – as cartas às sete igrejas individuais são introduções ao resto do livro, que é endereçado a todos os sete" (RODRIGUES, 2008). A questão do gênero é um dos temas que mais ganham a atenção dos estudiosos do Livro de Apocalipse.

O Livro do Apocalipse trata evidentemente de desocultar (revelar) a presença libertadora de Cristo ressuscitado na história. Como destaca o teólogo chileno Pablo Richard, “o Apocalipse é cólera e castigo para os opressores, porém boa-nova (Evangelho) para os excluídos e oprimidos pelo Império da Besta”. E mais: “O Apocalipse é o oposto daquilo que hoje chamaríamos ideologia (que oculta a opressão e legitima a dominação)” (RICHARD, 1996, p. 20). Nesse contexto, o Livro de Apocalipse será tratado a partir do contexto de uma carta libertadora e que quer transmitir esperança para um povo sofrido. Nesse contexto, são importantes as palavras de Carlos Mesters:

O Apocalipse é uma Boa-Nova porque comunica conforto e esperança a um povo em crise, ameaçado em sua fé. A crise tinha duas causas, ligadas entre si. A externa: a perseguição e as mudanças na sociedade. A interna: a falta de visão e de fé, as divisões e o cansaço. Deus parecia ter perdido o controle da situação. Os opressores pareciam ser os donos da história. E muitos se perguntavam: “será que vale a pena continuar participando da comunidade?” O Apocalipse enfrenta este problema e ajuda o povo a perceber e a combater as causas da crise (MESTERS, 2003, p. 52).

### 1.2.2 Fontes

A visão predominante é que o Livro do Apocalipse alude ao Antigo Testamento, embora seja difícil entre os estudiosos concordar com o número exato de alusões. Apocalipse raramente cita diretamente o Antigo Testamento, quase todos os versos aludem ou ecoam escrituras mais antigas. Mais da metade das referências provêm de Daniel, Ezequiel, Salmos e Isaías; com Daniel fornecendo o maior número em proporção ao cumprimento e Ezequiel destacando-se como o mais influente (BRUCE, 2002).

Como essas referências aparecem como alusões e não como citações, é difícil saber se o autor usou a versão hebraica ou a versão grega das escrituras hebraicas, mas ele foi claramente influenciado pelo grego. Ele, muitas vezes, combina várias referências, e novamente o estilo alusório torna impossível ter certeza de até que ponto ele fez isso conscientemente.

### 1.2.3 Configuração

O entendimento convencional, até recentemente, era o de que o Apocalipse havia sido escrito para confortar os cristãos sitiados, pois havia sofrido perseguição nas mãos de um megalomaníaco imperador romano. Todavia, muito disso já foi descartado. Domiciano, por exemplo, não é mais visto como um déspota impondo um culto imperial, e já não se acredita que houve uma perseguição sistemática de todo o império aos cristãos em seu tempo (LOURY, 2009).

A visão atual é que o Livro do Apocalipse foi composto no contexto de um conflito dentro da comunidade cristã da Ásia Menor a respeito se deveria ou não se envolver ou se afastar da comunidade não-cristã muito maior.

Apocalipse rejeita os cristãos que queriam chegar a um acordo com a sociedade. Isto não quer dizer que os cristãos na Ásia Romana não estavam sofrendo, pois, a retirada da sociedade romana mais ampla impôs sanções muito reais (GREEN, 2012).

O Livro do Apocalipse ofereceu uma resposta a esta realidade, oferecendo uma esperança apocalíptica.

### 1.3 Compreensão inicial do Apocalipse de João

O Livro do Apocalipse está intimamente relacionado a vários escritos da religião antiga que são reveladores em qualidade. Correspondem a esta definição, que tem sido amplamente utilizada:

"Apocalipse" é um gênero de literatura reveladora com um quadro narrativo, no qual uma revelação é mediada por um ser de outro mundo para um destinatário humano, revelando uma realidade transcendente que é tanto temporal, na medida em que prevê a salvação escatológica, e espacial, na medida em que pois envolve outro, mundo sobrenatural (DANTAS, 2006 p. 54)

Pode-se questionar a aplicação da descrição "realidade transcendente" tanto à revelação do mundo sobrenatural como à salvação escatológica. Embora a soteriologia judaico-cristã sempre esteve muito associada à realidade da vida presente naquele momento contextual.

No uso popular, em grande parte condicionado pelo Livro do Apocalipse, há duas maneiras principais de interpretar o "apocalíptico". De longe o mais comum é uma definição por conteúdo como o encontrado no Livro do Apocalipse: convulsões cósmicas e sociais, representações gráficas de cataclismo súbito, esperança escatológica e características míticas relacionadas.

Menos comum, mas, sem dúvida mais consistente com o que pode ser encontrado nos apocalipses, judaico e cristão, é uma definição pelo gênero revelador, ou seja, que a chave para entender os textos é que é uma revelação, uma visão "desvelando" seja sobre realidades celestiais ou sobre a natureza da história humana, passado, presente ou futuro.

No último modo de olhar para os apocalipses, o que é crucial não é a esperança futura, mas a natureza reveladora do modo de compreensão e da autoridade que transmite.

A palavra apocalipse é usada apenas uma vez no Livro do Apocalipse. Nas palavras iniciais, resumindo uma revelação em forma visionária daquilo que é e daquilo que deve ocorrer depois (1:19). Ao longo do resto do livro, são as palavras profeta e profecia que dominam, descrevendo o livro (22, 18-19) e, por implicação, o destinatário do apocalipse (22:9).

A proeminência do elemento visionário é importante, pois separa a Revelação de textos com os quais se acredita que sejam contemporâneos, a saber, Esdras e o Apocalipse siríaco de Baruque. Enquanto estes últimos contêm algum material visionário, eles são, em grande parte, verbais intercâmbios ou previsões. A revelação também contrasta com o texto apocalíptico dominante e indiscutivelmente mais influente no judaísmo antigo, o apocalipse atribuído a Enoque. Muitos fragmentos deste foram encontrados entre os Pergaminhos do Mar Morto, e a complexidade de sua história textual tem sido reconhecida há muito tempo.

Em comparação com a literatura Enoquina, especialmente a que é conhecida como 1 Enoque, o Livro do Apocalipse tem uma coerência e um foco que falta na obra judaica, que parece ser um amálgama de tradições reunidas durante um período de tempo considerável.

As recepções do Apocalipse estão intimamente ligadas. Como outros livros proféticos bíblicos, tornou-se um reservatório para entendimentos do

futuro, mas junto com ele desenvolveu um papel para o livro como uma forma de desmascarar as imperfeições na igreja e na sociedade. Evidências da história de sua recepção nos ajudam a entender a natureza e o significado do livro, seus antecedentes teológicos e sua relação com outros escritos cristãos primitivos (DAMAZIO, 2002).

#### 1.4 A centralidade da compreensão das origens teológicas do Apocalipse

O Livro do Apocalipse é crucial para nossa compreensão do caráter do cristianismo primitivo. Sua origem pode ser relacionada com a província romana da Ásia Menor, mas seus temas teológicos são aqueles que encontramos em diferentes palavras e frases em todo o Novo Testamento. De fato, pode muito bem ser um dos primeiros escritos no Novo Testamento e testemunhar o caráter apocalíptico do cristianismo primitivo.

Existem dois temas principais no livro que são fundamentais para a compreensão das origens cristãs. Como sua palavra inicial implica, é um apocalipse, uma revelação ou desvelamento de segredos divinos, particularmente sobre a consumação de todas as coisas, quando a Nova Jerusalém é estabelecida na terra e Deus é tudo em todos. A chave para o desenrolar dos propósitos divinos é o Cordeiro que foi morto e que compartilha o trono de Deus e é a chave para o significado da história (Ap. 4:5).

Em Apocalipse 4 não há menção do rolo na mão do Todo-Poderoso. Isso está no próximo capítulo. Depois de ver a glória de Deus, João vê o Todo-Poderoso com um pergaminho e ouve um dos vinte e quatro anciãos perguntando "quem abrirá o pergaminho." Nesse ponto João chora porque ninguém é digno de abrir o pergaminho. Foi-lhe dito para não chorar, porque "o Leão da tribo de Judá, a raiz de Davi, venceu, para que ele possa abrir o pergaminho e os seus sete selos." Então João percebe algo que até agora chamou sua atenção:

E entre o trono e os quatro seres vivos e entre os anciãos, vi um Cordeiro de pé, como se tivesse sido morto. . . Ele foi e tomou o pergaminho da mão direita daquele que estava sentado no trono e, os vinte e quatro anciãos [...] cantou um cântico novo, dizendo: Digno és tu para tomar o livro e abrir os seus selos. "(Apocalipse 5: 6-9)

Em Apocalipse, o Cordeiro que foi abatido torna-se a chave para a interpretação da história. O Leão da tribo de Judá, o Rei Messias, acaba por ser uma criatura fraca e morta. O Cordeiro que foi morto é a chave para o desmascaramento das pretensões do poder político, em que o poder militar e o poder econômico de poucos se manifestam.

Os valores do mundo são virados de cabeça para baixo como o significado da promessa messiânica é interpretado pelo Cordeiro que foi morto. Isto é o que "apocalipse" é tudo: revelação; revela a história do Cordeiro que carrega as marcas do abate. Jesus, que sofreu uma morte violenta nas mãos de um poder colonial, é a lente através da qual a história é vista, como o poder político no mundo também é desmascarado (Ap 13 e 17).

### 1.5 A Tradição visionária

O vínculo entre Apocalipse e os livros proféticos da Bíblia é visto em Daniel e Ezequiel, em particular. A imagem impressionante da visão de João a distingue, entretanto, de grande parte da literatura profética da Bíblia hebraica, em que a imagem visionária é excepcional (por exemplo, Amós 7:7, 8:1, Jr 1:11, 13). Isso mudou na profecia pós-exílica de Zacarias, cujas imagens, juntamente com as visões de Ezequiel (Ezequiel 1: 2 e 10; 37; 40-48) e Daniel (especialmente Dn 7: 1-14 e 8: 3-12), fornecem os antecedentes para as imagens visuais da Revelação.

Não podemos saber o que levou ao encontro dramático de João com o Filho celestial do homem na ilha de Patmos. Mesmo que se possam fazer conjecturas sobre o significado do tempo (o Dia do Senhor) e o lugar (possivelmente, embora não com certeza, no exílio, como foi o profeta Ezequiel).

Dada a existência generalizada do visionário e místico no material cristão do primeiro século, para não mencionar a sua profunda importância para o crescimento do movimento, seria uma pessoa excessivamente suspeito que negaria que visões autênticas estão por trás de alguns ou todos esses breves registros literários. É possível que as visões que se seguem possam ter sido provocadas por uma exegese imaginativa na qual as imagens foram visualizadas pelo vidente.

O Apocalipse faz parte de uma tradição visionária. Ezequiel e Daniel influenciaram a forma e o conteúdo do Livro do Apocalipse. Do Cristianismo em sua abertura através das visões do céu, o dirige sobre a Babilônia (Ezequiel 39), e, finalmente, a visão da nova Jerusalém, Apocalipse ostenta as marcas das formas escritas e antigas profecias que influenciam a mais recente imaginação profética de João de Patmos.

As bestas descritas no livro de Daniel, por exemplo, tornam-se na visão de João um epítome terrível de tudo o que é mais opressivo e assustadoramente semelhante ao caminho de perfeição simbolizado pelo Cordeiro que foi morto. Esse exemplo único na literatura cristã primitiva do gênero apocalíptico é profundamente ligado às ideias judaicas apocalípticas e místicas. Em Apocalipse, o primeiro capítulo de Ezequiel, que descreve a carruagem na qual Deus é entronizado (Ezequiel 1: 22-26), contribuiu para o vocabulário visionário de João em duas partes cruciais de sua visão (1: 13 e 4) e nas referências ao trono, divino e demoníaco.

Este notável capítulo tem sido a inspiração para místicos e videntes no judaísmo e no cristianismo ao longo dos séculos. O que temos em Apocalipse é um vislumbre de um uso distintivo da profecia, paralelo, mas em aspectos significativos, uma variante independente de outros textos apocalípticos.

Além de Ezequiel, o Apocalipse está próximo do início de uma longa tradição de interpretação de Daniel 7, na qual tanto as bestas apocalípticas quanto a figura humana são tomadas em um apocalipticismo político emergente.

Enquanto as imagens do Apocalipse retomam a tradição de representar nações por bestas encontradas em Daniel 7, apenas uma besta é descrita como incorporando características das outras bestas.

Como em Daniel 7, uma besta surge do mar, mas duas criaturas são descritas em Apocalipse 13 (13, 1 e 11). O segundo emerge da terra, refletindo o local, promotor indígena do culto imperial, enquanto o primeiro é o representante oficial de Roma. A besta é a encarnação dos poderes do Diabo (13: 2) e atrai a admiração universal por seus atos (13:3).

A plausibilidade da besta é vista como o Cordeiro e parece merecer adoração. O poder imperial está enraizado em sua força militar (13:4). À besta é dada algumas das características do Cordeiro (1, 3 e 14). Além de Daniel 7, a

visão política é informada pelos oráculos contra Tiro e Babilônia, em Ezequiel 27 e Jeremias 51.

## 1.6 Diferentes padrões de interpretação

Os contornos principais da interpretação apocalíptica já estavam definidos no período mais antigo do cristianismo.

O Livro de Apocalipse aponta o caminho em três aspectos principais, alguns dos quais são paralelos em outras partes do Novo Testamento. Há, primeiramente, essa apropriação visionária da escritura em que as palavras oferecem a oportunidade de "ver novamente" o que tinha aparecido aos profetas e videntes no passado ou para se tornar um meio de induzir novas visões através das quais pode haver um discernimento da realidade espiritual superior.

Em segundo lugar, houve a "atualização" do Apocalipse, em que se acredita visões particulares a ser identificado com ou incorporado em eventos contemporâneos. Estes vão desde as mais místicas (e indiretas) apropriações de visionários como Hildegard de Bingen para o militante Münsterites.

Além disso, as visões do Apocalipse têm sido relacionadas ao seu antigo contexto do século I. Nesta abordagem interpretativa, as questões dizem respeito ao significado para o autor original e leitores e com a necessidade de decifrar o simbolismo complexo e sua relação com as circunstâncias particulares em que os cristãos se encontraram na Ásia Menor no final do século I d.C.

As imagens foram consideradas como uma alegoria das lutas enfrentadas pela alma individual em sua busca por Deus, e as ramificações políticas mais amplas do texto estão subordinadas a uma piedade religiosa individual.

O chileno Pablo Richard, logo no início de uma das suas obras sobre o Apocalipse, elenca pelo menos onze orientações a respeito da interpretação do Apocalipse. Por se tratarem de orientações fundamentais para a presente pesquisa, é de grande valor destacar algumas. Richard menciona o fato de o Apocalipse ter nascido em tempos de perseguição e, sobretudo, em situação de caos, de exclusão e de opressão. Nesse contexto, diz o biblista que "o Apocalipse, em tais situações, permite à comunidade cristã reconstruir sua

esperança e sua consciência”. E prossegue: “o Apocalipse transmite uma espiritualidade de resistência e orienta a organização de um mundo alternativo” (RICHARD, 2003, p. 18).

A escatologia do Apocalipse, na concepção de Pablo Richard, realiza-se fundamentalmente no tempo presente. Essa é uma característica importante no que se refere à interpretação desse livro, especialmente para tradições pentecostais, por exemplo, que geralmente acreditam que o Apocalipse está orientado para a “segunda vinda de Jesus” ou para “o fim do mundo”. A perspectiva de Richard afirma que o Apocalipse está centralizado na presença poderosa de Jesus ressuscitado, na comunidade e no mundo. Portanto, para o teólogo chileno, a mensagem central do Apocalipse é: “se Cristo ressuscitou, o tempo da ressurreição e do Reino de Deus começou” (RICHARD, 2003, p. 19).

Ainda vale destacar que o Apocalipse, na concepção richardiana é cólera e castigo para os opressores, contudo, “é revelação de Deus no mundo dos pobres, dos oprimidos e dos excluídos” (RICHARD, 2003, p. 20). O apocalipse é, portanto, um livro de libertação dos pobres e oprimidos. Um livro que trata diretamente da esperança em tempos de crise.

Finalmente, e em relação à tradição de "atualização", houve uma aplicação do texto às próprias circunstâncias de um intérprete, mas ao invés de "descodificar" o texto de Apocalipse, de modo que a imagem apocalíptica é traduzida em uma narrativa menos exótica de pessoas e eventos, a imagem da Revelação é usada como uma lente interpretativa através da qual vê a história.

### 1.6.1 Traçando interpretações diferentes

As diferentes interpretações do Apocalipse podem ser expressas em forma esquemática. Por um lado, há um componente cronológico: a interpretação se refere ao passado, presente ou futuro? Por outro lado, há um componente hermenêutico: o método alegórico "decodifica" o texto e o torna de outra forma, mais prosaica em comparação com a linguagem colorida da imagem apocalíptica.

Já o método analógico justapõe a imagem do Apocalipse à situação dos leitores, permitindo-lhes assim olhar a sua situação de uma nova maneira. Enquanto o método alegórico diz aquilo que o texto realmente significa e reduz

sua aplicabilidade a um tempo e lugar, o método analógico pode ser usado novamente em diferentes momentos e lugares.

A apropriação patrística precoce do Apocalipse tomou várias formas. Na luta com o que poderia ser chamado vagamente gnosticismo por parte daqueles escritores que mais tarde seriam considerados pioneiros da ortodoxia cristã, a insistência na materialidade da doutrina da Ressurreição e a escatologia deste mundo desempenharam seu papel nos escritos de ambos, Justin (Diálogo com Tryphão 80) e Irineu (AGOSTINHO, 26.1 a V. 36.3).

É a esperança futura para a qual a Revelação é mais conhecida. O milênio, ao mesmo tempo enigmático e embaraçoso para muitas gerações de cristãos, foi central para a esperança dos primeiros cristãos e continuou a ser parte do padrão de esperança para este mundo, como é evidente a partir de material tradicional nos escritos de Papias de Hierápolis (que viveu no início do segundo século). Incluído em sua obra agora perdida é um ditado, atribuído a Jesus, em que a fecundidade da terra seria dramaticamente aumentada na nova era (preservada nos escritos de Irineu em (AGOSTINHO, v. 33.3-4).

A popularidade de tais ideias apocalípticas entre movimentos como os Montanistas levou a uma crescente suspeita do livro. Mas as suspeitas sobre o Apocalipse surgiram apenas no início do século III d.C. Perguntas sobre as origens apostólicas do livro, ecoadas por Martinho Lutero em seu "Prefácio ao Novo Testamento" séculos mais tarde, faziam parte dessa crescente suspeita de sua teologia. De acordo com Eusébio (História Eclesiástica iii: 28.3), Dionísio de Alexandria considerou a expectativa de um reino de Deus na terra como evidência de autoria do herege Cerinto, em vez do apóstolo João (SILVA, 2005).

Por outro lado, em outras partes do cristianismo primitivo os textos "gnósticos" de Nag Hammadi se concentram menos no conteúdo escatológico do Apocalipse e mais no seu gênero apocalíptico. A forma reveladora é uma parte importante para garantir o valor do conteúdo do texto, atribuído, como costuma ser, a uma figura autoritária como um apóstolo cristão como Pedro ou Paulo (GREEN, 2012).

Como tal, o livro do Apocalipse é um recurso chave que informa a prática contemporânea, ao invés de um mapa escatológico para o clímax de todas as coisas. Agostinho continuou nessa tradição. De fato, a Revelação

ofereceu-lhe uma chave interpretativa, que o ajudou a expor a complexa luta entre as cidades celestiais e terrenas na era atual em que os cristãos deveriam viver (SANTOS, 2010).

Os principais contornos da interpretação agostiniana dominaram durante séculos. A Idade Média posterior viu o surgimento da influente leitura por Joaquim de Fiore, que foi usar o Apocalipse como uma chave hermenêutica para entender as escrituras e toda a história. Joaquim quebrou decisivamente a tradição agostiniana em estar disposto a encontrar significado na história (LUCK, 2009)

Na interpretação do Apocalipse de Joaquim, a sexta e sétima idades assumem grande importância como um tempo de antecipação e luta. O período representa um espaço para o conflito com as forças do Anticristo (um termo que não ocorre no Apocalipse e é encontrado no Novo Testamento apenas na Primeira e Segunda Epístolas de João, por exemplo, 1 João 2:18, 22, 2 João 7), que evoca uma explosão de atividade espiritual na forma de renovação espiritual. Neste penúltimo período, perseguição e renovação, exílio e testemunho profético, empurram uns com os outros (GREEN, 2012).

A sensação de antecipação provocou vários padrões de renovação moral, e isso deveria lembrar que não se tratava de prognósticos aprendidos, mas estava intimamente ligado à renovação da igreja como testemunha do reino vindouro.

De acordo com Lacuna (2007) a figura do dragão de Joaquim com sete cabeças indica que, ao lado da explicação historicamente sequencial, há também o reconhecimento de que esta ameaça é tanto escatológica quanto histórica: o que será o caso no tempo do fim é uma parte constante da história humana. As sete cabeças são identificadas como diferentes perseguidores da igreja cristã através da história (Herodes, Nero, Constâncio, Maomé, Mesemote, Saladino e um ainda por vir).

Entre os pescoços longos das cabeças do dragão aparecem lendas que detalham as sete perseguições da igreja; Saladino, o tirano contemporâneo, é representado como uma cabeça maior. Joaquim interpreta a história, relacionando a crise premente de seu próprio tempo como um sinal dos tempos escatológicos. É esse movimento decisivo que inicia aquela explosão extraordinária de entusiasmo escatológico autoconsciente, no qual

pessoas e eventos se tornaram sinais de esperança ou agentes do Anticristo (LACERDA, 2003).

## 2. AS FACES DO IMPÉRIO ROMANO

No presente capítulo abordam-se as faces do império romano, desde o conceito de império no contexto do século I até os desdobramentos das práticas de violência, opressão, tributação e escravização, especialmente contra os judeus. Analisam-se as guerras e resistências judaicas: as resistências passivas do judaísmo; a guerra civil judaica em meados de 66-70 a.C; e a guerra judaico-romana de 70-73 a.C.

### 2.1 Contextualização sobre o Império Romano

Preliminarmente, o Império Romano pode ser interpretado a partir de várias percepções. Alguns historiadores relatam as práticas de violência, opressão e tributação do império de forma diversa. Entre os relatos históricos, Joly (2014, p. 17), cita: a) o Império Romano sob a ótica de Flávio Josefo; b) Império Romano de Marcial; c) Império Romano de Tácito; d) Império Romano de Sêneca; e) Império Romano de Luciano. Este trabalho preocupa-se com a visão do Império Romano no contexto judaico-cristão.

Para Degan (2014, p. 17), Império Romano é algo claro, podendo ser sinônimo de: “poder excessivo, luxo, bons e maus imperadores, produção e predomínio das leis, espaço de tirania, florescimento dos povos, liberdade de comércio, taxaço excessiva, apogeu, declínio e morte”. A partir desse simples elencar de características do Império Romano já é possível verificar a complexidade deste império.

De modo geral, as narrativas da história geral dão um lugar de destaque para descrições do Império Romano (JOLY; AGNOLON; DEGAN, 2014). Agnolon (2014, p. 29) argumenta que além de ocupar um lugar privilegiado nas narrativas dos historiadores: “Roma ainda era considerada a sede do poder universal. De onde o poder político, o poder econômico e o poder cultural mostravam as suas faces”.

Na mesma linha, Agnolon (2014) argumenta que a narrativa do Império Romano na história ocidental constituiu-se como um marco divisório e civilizatório porque significou a ascensão e queda de um império complexo tanto no âmbito de direitos civis como na exploração tributária, escravagista, violenta e cultural. Segundo Feldman (2001, p. 7), nos dois primeiros séculos

da Era cristã, Roma ainda era a capital do mundo, o núcleo do poder, das letras, das leis e das aristocracias.

Em sua obra “*História del pueblo judío*”, Margolis (1945, p. 12), afirma: “na descrição do Império Romano verifica-se a existência de traços que tinham marcado antigas nobrezas, velhos conquistadores, séquitos de escravos, dependentes”. Percebe-se que existe uma riqueza na narrativa do Império Romano, riqueza de diversas maneiras, tanto no âmbito de poder e como no sentido de exploração dos mais diferentes níveis.

No contexto judaico, a conquista de Pompeu por volta do ano 63 a.C. acabou com a independência durante a dinastia dos Hasmoneus. De acordo com Margolis (1945, p. 13): “os romanos permaneceram na memória judaica como terríveis inimigos”. Em linhas gerais essas são as faces do Império Romano. No entanto, é necessária uma definição do conceito de império e como esse conceito influenciou a população da Palestina no primeiro século.

### 2.1.1 O Conceito de Império e Seus Aspectos Históricos

A palavra “império” tem conotação diferente para cada povo. Especialmente se o povo em questão faz parte do império ou se está dentro dos povos que foram oprimidos por este império. Segundo Mendes (2005, p.18): “a palavra império originou-se do termo latim *imperium* que significa soberania ou comando”. Esse termo tem conotação diferente quando aplicado ao Império Romano, pois, refere-se aos aspectos cosmopolitas de Roma (MENDES, 2005).

Império é a confluência de poderes políticos, militares, culturais, econômicos e religiosos, dentro de um poder de dominação que impõe um caminho de benefícios do vulnerável ao poderoso. O império ultrapassa todas as fronteiras, subverte culturas, coloca nações a serem suas subordinadas, e marginaliza comunidades religiosas (MIGUEZ, 2012).

O termo *imperium* quando é utilizado para referir-se ao império romano não se limita apenas aos aspectos políticos, mas também abarca todo o universo cultural e sociopolítico (MENDES, 2005). A história de Roma geralmente é dividida em três fases: 1) Monarquia (753-509 a.C.); 2) República (509-27 a.C.); 3) Império (27 a.C. – 476 d.C.). Montanelli (1966) relata que foi

durante a fase do Império que Roma teve seu ponto alto, com maior extensão de território e maior população. Como lembra Rieger:

O império tem a ver com as maciças concentrações de poder que permeiam todos os aspectos da vida e que não podem ser controladas isoladamente por qualquer ator. Esta é uma das marcas básicas do império ao longo da história. O império procura estender seu controle tão longe quanto possível; não só geográfica, política e economicamente – estes fatores são costumeiramente reconhecidos – mas também na esfera intelectual, emocional, psicológica, espiritual, cultural e religiosa. O problema com o império não é fundamentalmente um problema moral – não que todos os impérios sejam necessários e igualmente maus e errados. Alguns impérios e certos modelos de colonialismo reivindicam promover causas benevolentes (...) o problema com o império tem a ver com formas de controles de cima para baixo estabelecidos sobre as costas dos sujeitos do império e que não permitem que aqueles atingidos por elas busquem propostas alternativas (Rieger, 2009, p. 13).

É notório que o desejo por poder é característico em vários povos. No entanto, entre os romanos isso parecia ser mais acentuado. Como Rieger destaca, o problema do império tem a ver com formas de controle. Esse é um aspecto lamentável que deverá ser explorado nesse texto. O império é mau ao extremo e a proposta do evangelho vai no sentido contrário. Rieger lembra ainda que “em uma situação de império, Cristo se torna parte do sistema de modo tal que existe pouco ou nenhum espaço para se perseguir as realidades alternativas de Cristo”. E ainda: “o império exhibe fortes tendências para domesticar Cristo ou qualquer coisa a mais que desafie seus poderes” (Rieger, 2009, p. 13).

Desse modo, pode-se dizer que as recorrentes revoltas, lutas e assassinatos existentes em Roma era o efeito de um desejo do Império de se sobrepor aos demais povos que eram conquistados e, posteriormente, escravizados. De acordo com Maxwell (2014, p. 19): “não reinava a paz, porque o sistema político estava profundamente deteriorado, havia perdido a sua razão de ser, tornando-se desumano e cruel”. Preaux (1984, p.170) está de acordo com a desumanidade e a crueldade do império, quando afirma que “um império é sempre ofensivo no sentido de que tende a situar essa linha mais distante de seu centro vital, pois, dado que se fundamenta na espoliação do outro, deve contar com a possível represália de suas vítimas”. A lógica do império é cruel, ofensiva e opressora. O Império Romano, como modelo

imperial, formou-se com uma característica de poder que afeta a totalidade dos povos que entram em suas terras.

Butti (2001) argumenta que não era somente o povo romano que padecia nas mãos de seus governantes, mas também todos os povos, tribos e nações que o Império conquistava. Deste modo, sofriam as consequências do poder e da sede de conquistar de suas autoridades.

Nesse contexto é possível verificar que de um lado o Império Romano crescia e expandia-se em tamanho territorial e populacional e, por outro lado, a população romana e os povos subjugados eram oprimidos de diversos modos: com práticas de violência, opressão de vários tipos, tributações diversas e escravização que perduraram por vários anos desde o primeiro século até a época de Santo Agostinho (BUTTI, 2001). Nesse sentido, vale as palavras de Pixley:

Um dos propósitos do império em seu controle sobre o território e a população da Palestina era obter riquezas através de um complexo sistema de tributos e impostos. Havia impostos sobre a terra, sobre a população, e direitos de alfândega e pedágio para o uso de pontes e vias. Cobrar os impostos era um negócio que se outorgava por contratos a grandes empresários, que por sua vez empreitavam aos coletores locais de impostos. Para a população judaica existiam ainda os impostos do templo, principalmente o dízimo sobre a produção do campo e o imposto anual da didracma sobre cada varão. A carga para o camponês comum devia ser verdadeiramente espantosa (Pixley, 2008, p. 123).

O autor destaca a ação opressora do império no que se refere especificamente aos impostos cobrados. Através desses impostos, o império ia controlando territórios e dominando povos. Esse era inclusive um dos principais propósitos do império. A ação imperial consistia em extrair o máximo de riquezas possíveis. Pixley destaca três vias de extração da riqueza: mediante os cobradores de impostos que arrecadam tributo de toda a população; mediante conselhos das cidades e mediante o templo, por cujos rendimentos as autoridades sempre mantiveram um especial interesse (Pixley, 2008, p. 124).

## 2.2 O Império Romano e as práticas de violência, opressão, tributação e escravização no século I

O século I na história do Império Romano foi marcado por uma centralização do poder. O Império Romano, de acordo com Melo (2013, p. 29): “gerou alterações na ordem administrativa da república. A pessoa que concentrava o maior poder em suas mãos era o imperador que sentava entre os consoles e dirigia o senado”. Deste modo, pode-se dizer que o imperador ditava as regras e era o centro da administração romana.

Sendo o imperador a figura mais poderosa do governo romano, era necessária sua aceitação entre as províncias e entre todos os povos subjugados. Serique (2011, p. 121), relata: “a aceitação do imperador nas províncias algumas vezes era feita de forma impositiva, e essa era a condição básica para que os interesses imperiais fossem atendidos de forma efetiva”. A forma impositiva utilizada pelo imperador pode ser entendida como a utilização de violência algumas vezes.

O imperador romano possuía alguns poderes específicos, entre eles destacam-se os poderes tribunícios e os proconsulares. De acordo com Melo (2013, p. 29): “o poder tribunício dava autoridade em relação ao governo civil, ele podia presidir e controlar o senado. No poder proconsular ele exercia autoridade sobre o exército romano”. Acrescente-se que o imperador tinha uma guarda pessoal, que era denominada de “Guarda Pretoriana”.

O imperador ainda detinha o poder sobre a religião do império. Segundo Melo (2013), ele era o *pontife maximus*<sup>1</sup>, a mais alta autoridade na administração da religião romana. O imperador tinha atributos que poderiam torná-lo um governante despótico. Segundo Rolland (1983, p. 18): “o poder do imperador era de característica dinástica, ou seja, era transmitido de forma hereditária. As principais dinastias assim eram chamadas: Júlio-Claudiana, Flavianos, Antoninos e Severos”.

Verifica-se que os imperadores romanos diante desse contexto sócio-político-religioso de concentração de poder e autoridade, empreenderam diversas práticas de violência, opressão, tributação e escravização. Muitos povos sofreram durante o Império Romano, inclusive judeus e os cristãos.

---

<sup>1</sup> Expressão latina que significa: “Máximo/supremo construtor de pontes”.

Havia um propósito para os romanos se interessarem pela Palestina e subjugar seus moradores.

O Império Romano tinha um propósito com a dominação da Palestina. Segundo Silva (2014, p. 1): “Roma tinha interesse de subjugar a Palestina porque, mais provavelmente, tinha interesse de alcançar o Egito, incorporado pelo império tempos depois”. Antes, porém, dessa incorporação, a Palestina era basicamente a fronteira da região sudeste do Império Romano e estava sob os cuidados do legado da província da Síria (SILVA, 2014).

Neste período, os judeus possuíam alguma liberdade política, por isso pretendiam tomar cuidado com o candidato que apoiariam. Segundo Silva (2014), Hircano II conseguiu o feito de ganhar o apoio dos judeus. Pois, quando Pompeu faleceu, apoiou César e este lhe deu o cargo de *etnarca*, ou seja, líder do povo. É importante frisar o contexto jurídico do século I para entender as práticas de tributação e escravização romana.

Após a conquista da Palestina, por volta do ano 63 a.C., observa-se que Pompeu dividiu-a em pelo menos duas jurisdições: a) *éthnos* judaico; b) *poleis* helenistas. Silva (2014, p. 2), relata que ao *éthnos* judaico: “foram concedidas regiões predominantemente judaicas: parte da Judéia ao redor de Jerusalém, uma parte da Iduméia ao Sul, a Peréia ao Leste, do curso mais baixo do Jordão, e, finalmente a Galiléia”.

Por outro lado, o restante do território palestino foi devolvido para as pólis helenistas. Melo (2013), afirma que os hasmoneus tentaram acabar com essas cidades como uma realidade política. Essa divisão não demorou muito para gerar um clima de instabilidade. Segundo Silva (2014, p.1): “os judeus se incomodaram com a política de dominação romana, como aconteceu com domínios anteriores, e protagonizaram aquela que foi uma das maiores revoltas registradas na história”.

Decorrente das práticas autoritárias do Império Romano, as revoltas judaicas se tornaram mais frequentes. Margolis (1945) afirma que um aspecto relevante que influenciou as revoltas foi a questão tributária e a problemática da sua arrecadação. No início do século I d.C., de acordo com Lima (2010, p. 4): “assim que assumiu o poder, Antipas investiu na reconstrução da cidade de Séforis para que servisse como capital da Galiléia, posto de administração e arrecadação tributária”.

Relata-se que além da capital da Galiléia, Séforis era também a praça do comando militar. Segundo Lima (2010), de Séforis saíam os coletores de impostos e os soldados que os protegiam, às vezes utilizando-se de violência, a “ordem pública”. Geralmente, na coleta de impostos ocorriam alguns pequenos tumultos devido a dureza dos coletores e dos soldados que os acompanhavam (FELDMAN, 2001).

Outra face da opressão do Império Romano era a imposição da sua cultura sobre os povos dominados. Lima (2010) relata que a capital Séforis, além de ser o local da sede da administração pública romana e local de controle de ganhos excedentes produzidos no campo, também era um local de disseminação da cultura, da imposição do idioma, da construção de ginásios, estádios, mercados e também teatros.

Além do governante supracitado, outra autoridade que demonstrou a dominação romana sobre o povo judeu foi Herodes Magno (que foi anterior à Antipas). Lima (2010) relata que durante o governo de Magno, a corte romana era um reflexo da dominação internacional. Neste contexto de opressão cultural, tributária e escravagista, ocorreram diversos embates entre o Império Romano e os judeus.

O contexto econômico, político e cultural da apocalíptica sempre apresentou questões pontuais de perseguição, de desintegração e de exclusão. Quando se analisa a conjuntura do texto de Daniel, por exemplo, percebe-se a perseguição às autoridades locais ou de uma potência estrangeira “com cumplicidade dos grupos locais dominantes”. Nesse aspecto, lembra Richard, “foi uma perseguição que pôs em perigo não só a fé do povo de Deus, mas também todas as estruturas econômicas, políticas e culturais do povo” (RICHARD, 1996, p. 49). Por outro lado, existe a situação de permanente opressão. Aqui, vale analisar especificamente as palavras de Richard:

Uma outra possibilidade é quando o povo se encontra numa situação de permanente opressão. Um exemplo disso é a situação do povo judeu na Palestina, oprimido simultaneamente pelo Templo e pelos grupos judaicos dominantes (saduceus, herodianos, escribas), como pelo Império Romano. Em resumo, são três situações diferentes: desintegração, perseguição e opressão. Em cada uma dessas situações, podem nascer tipos de apocalíptica diferentes. Por trás do Apocalipse de João, o problema principal não é tanto a perseguição, que certamente houve, mas a opressão e a exclusão: comunidades cristãs que, por sua consciência e sua fé, não podem comprar nem vender, não podem participar da sociedade e estão culturalmente

marginalizadas. Trata-se de uma opressão permanente e de uma exclusão total: econômico-cultural-religiosa e política, mas também cotidiana e familiar. A “tribulação” que aparece em Ap 1,9 e 7,14 não é fundamentalmente uma perseguição, mas uma situação de permanente opressão e exclusão (RICHARD, 1996, p. 49 – 50).

O contexto apresentado por Richard demonstra bem a situação de perseguição que viviam os cristãos no primeiro século. Além disso, as práticas de tributação e de expropriação praticadas por Herodes provocaram também uma mudança na sociedade judaica. De acordo com Silberman (2000, p. 66): “o povo havia se afastado do espírito aldeão tradicional de cooperação mútua: a dissensão e a recriminação mútua precisavam ser apaziguadas”. A opressão romana produziu duas atitudes, a supracitada de mudança do espírito de cooperação e a de ajuntamento para as revoltas contra os opressores romanos.

### 2.3 As guerras e resistências judaicas do século I

Várias guerras e resistências judaicas foram motivadas devido às práticas de opressão, tributação e escravidão do Império Romano. Muitas destas revoltas foram deflagradas sob diversas formas e com líderes diversos, desde resistências passivas até culminar em guerras mais expressivas como a guerra civil judaica em meados de 66-70 a.C. e a guerra judaico-romana de 70-73 a.C. Neste sentido, são oportunas as palavras de Alföldi (1989, p. 123-124):

Em meados do século I, calcula-se entre 50 e 80 milhões os habitantes do Império Romano, dos quais cerca de 90% viviam no campo. Porém a terra, a principal fonte de sobrevivência para a população do Império, inclusive aquela da Palestina, era muito mal distribuída. Na península Itálica e nas Províncias a maioria das terras produtivas estava nas mãos de uma minoria. No Egito encontramos o caso de 42 agricultores partilhando de uma mesma casa. Sêneca indica que os pobres constituíam a maior parte da população e que a situação tinha poucas chances de ser mudada.

Conforme se depreende de Alföldy (1989), a população na Palestina era predominantemente rural, além disso, eram analfabetos. Deste modo, era penoso para os moradores da Palestina as altas cargas tributárias sobre os produtos que produziam nos campos que eles nem mesmo entendiam a natureza e a validade destes impostos. Nesse contexto, com o aumento gradativo dos impostos e a opressão dos soldados romanos criaram um clima

de instabilidade, principalmente entre os judeus que passaram a promover diversas revoltas.

As revoltas supracitadas, compreendidas do século I a.C. ao século I d.C. são denominadas por Lobianco (1999) como o “outono da Judéia”. Este outono da Judéia também significou um período de tensão política, econômica, social e religiosa. O outono da Judéia, de acordo com Lobianco (1999), é caracterizado pelo declínio de forma gradativa dos judeus, em seu próprio solo, e o crescimento de um processo de degradação ética, moral, familiar e social da sociedade judaica na medida em que o Império Romano aumentava seus domínios e combatia as revoltas dos judeus. Neste período de pouco mais de um século de dominação houve diversas resistências a este controle.

A degradação moral e ética da sociedade judaica no século I pode ser demonstrada a partir da perda do espírito coletivo e de auxílio ao próximo. Com as altas cargas tributárias os romanos oprimiam os povos residentes na região da Palestina. Nesse sentido, Silva (2010) relata que havia impostos de natureza alfandegária como o *publicum* ou *portorium* que consiste em um imposto sobre a venda e a compra de produtos. Silva (2010, p. 12), acrescenta:

Existiam ainda outros impostos diretos que o Estado romano exigia: o *tributum soli* ou *agri*, sobre o capital e a produtividade rural, que atingia os produtores rurais, principalmente os proprietários de terra. Além desse, tinha o *tributum capitis*, que segue dois critérios: taxa fixa de um denário, cobrada das mulheres a partir de 12 anos e dos homens a partir de 14 anos, para ambos até aos 65 anos. E o imposto territorial de 1% sobre o valor imobiliário. Os romanos também exigiam o pagamento do *annona*, uma contribuição anual, geralmente em espécie, destinada a suprir as necessidades das tropas de ocupação.

Deste modo, os judeus passaram a olhar os impostos e taxas cobradas pelo Império Romano como abusivas. Isso fundamentou vários movimentos judaicos de resistência contra a opressão romana, conforme se destaca a seguir.

### 2.3.1 A resistência passiva do judaísmo

É importante notar que durante o período de dominação do Império Romano, havia uma política de tolerar determinadas práticas e regramentos das elites dos povos dominados (PAUL, 1983). Isso também foi aplicado no

contexto da Judéia e, de certa forma, beneficiou os judeus durante este período. Algumas práticas como a legislação religiosa e outros costumes judaicos foram tolerados por Roma sem interferências.

Roma reconheceu a *Torah* como a lei dos judeus e, conseqüentemente, sua base e legislação religiosa. Desta forma, Lobianco (1999, p. 56), acrescenta: “devido a uma série de restrições do judaísmo, o tocante à alimentação, à pureza ritual e à proibição de vínculo a outros cultos, seus seguidores eram isentados do serviço militar, pela impossibilidade de interação com os pagãos”.

Os romanos respeitavam o templo judaico, as leis religiosas e as práticas espirituais dos judeus (JOHNSON PAUL, 1995). O respeito às “liberdades judaicas” dava aos judeus, mesmo que momentaneamente, a noção de independência e era uma espécie de resistência passiva. Afinal, o Império Romano podia oprimir em vários aspectos da vida, como: tributária, escravagista e na locomoção. No entanto, no que dizia respeito às leis religiosas, não havia interferência.

De certo modo, pode-se dizer que um dos primeiros embates dos judeus contra o Império Romano, no período supracitado, foi essa resistência passiva. Nesse contexto Lobianco (1999, p. 60), relata: “sem partir para o confronto bélico, a comunidade judaica conseguia deter não apenas o avanço da romanização, ou seja, do domínio cultural do invasor, mas também o domínio político sobre o seu território”.

Entretanto, essa resistência passiva remonta de algumas décadas antes de Cristo e durou até quando Pompeu entrou no lugar sagrado dos judeus, o lugar santíssimo do templo. Isso foi um claro sinal de profanação e desrespeito de uma autoridade romana à liberdade religiosa do povo judeu. Josefo (2000), afirma que esse ato foi rápido e corrigido, pois, Pompeu mandou purificar o templo e não tocou em nada. Mas foi uma afronta para os judeus.

Pouco depois do episódio envolvendo Pompeu, Herodes Agripa começou a administrar a região da Palestina e fracassou em vários pontos, tanto na contenção de revoltas como na aplicação dos recursos financeiros recebidos. De acordo com Josefo (2000, p. 86): “o período de seu governo foi bastante questionado internamente. A Palestina, antes próspera, foi transformada por Herodes numa região de miseráveis e de injustiças”.

A resistência passiva foi perdendo espaço na sociedade judaica e aos poucos os judeus se revoltavam contra as injustiças do Império Romano. Surgiram vários movimentos de resistências neste período. De acordo com Alfody (1989, p. 149): “os movimentos de revolta tiveram uma adesão maciça das camadas inferiores da zona rural, as mais afetadas pela situação imposta pelos romanos, como era comum acontecer em outros conflitos de Roma e suas províncias”.

Antes de relatar os desdobramentos da guerra judaica é importante frisar algumas interpretações sobre esta guerra. O entendimento sobre os motivos que causaram a guerra contra os romanos trouxe vários questionamentos entre os pesquisadores. Segundo Rocha (2004, p. 5): “a interpretação teológica, sempre partindo das informações de Flávio Josefo, considera a guerra judaica como um castigo de Deus pelos pecados dos judeus”.

Essa interpretação é acrescida pelas palavras de Josefo (2000, p. 395): “a guerra dos judeus não é apenas uma luta contra os romanos, mas também uma luta contra Deus”. No mesmo sentido, Josefo (2000) argumenta que anteriormente Deus havia protegido e guardado Israel de tal modo que em muitas vezes nem precisaram pegar em armas para vencer suas guerras. Sendo assim, a vinda dos romanos era o juízo divino sobre o povo.

Entretanto, outros pesquisadores não concordam com essa visão sobre o conflito e aconselha que se abandone a visão religiosa e concentre-se nas questões sociais e econômicas que, muito provavelmente, desencadearam os conflitos. Kreissing (1989, p. 274) critica a leitura de Josefo: “o estado de penúria envolvendo os revoltosos não se coaduna com a apresentação quase paradisíaca que Flávio Josefo faz de inúmeras áreas da Palestina”.

### 2.3.2 A guerra civil judaica em meados de 66-70 d.C.

A resistência passiva dos judeus ao Império Romano não se estendeu por muito tempo. Argumenta-se que algumas questões fundamentaram o surgimento de uma resistência judaica que desembocou na guerra civil judaica de 66-70 d.C.: a) questões sociopolíticas; b) tributos excessivos; c) choque entre judeus e não judeus em cidades helenistas (KIPPENBERG, 1988). O principal fator da guerra supracitada foi o aspecto sociopolítico (LOBIANCO, 1999).

Percebe-se, conforme já apontado nesta pesquisa, que as resistências judaicas remontam do século I a.C. e, neste período, compreendido entre 66-70 d.C. teve seu ponto culminante que desembocou numa grande guerra civil e na invasão devastadora de Roma nos territórios da Palestina. Neste sentido, Rocha (2004, p. 247), relata: “os movimentos sociais na Palestina e em outras regiões do Império nasceram em circunstâncias de crise e exploração. A guerra judaica foi apenas uma de tantas eclosões sociais que rompera entre os anos 66 e 70 d.C. no Império”.

Verifica-se que os períodos de representação do domínio do Império Romano sobre os judeus pelos prefeitos (6-41 d.C.) e pelos procuradores (44-66 d.C.) criaram muita instabilidade no meio social. Muitas liberdades religiosas, de leis e de locomoção foram suprimidas por estas autoridades e, portanto, fundamentaram revoltas e incidentes dos judeus contra a autoridade romana (COMBY E LEMONON, 1987).

Na medida em que o direito e as liberdades judaicas iam sendo suprimidos pelos romanos, a atitude dos judeus ia alterando-se para uma postura um pouco mais agressiva. Lobianco (1999, p. 69) corrobora este relato: “quando o exercício de sua religião era limitado pela interferência, sobretudo de lideranças romanas, a resistência perdia seu aspecto passivo e manifestava-se de forma ativa, com grande tumulto”.

A guerra civil judaica deflagrou-se no ano 66 d.C., vinte e cinco anos após a exposição de um símbolo da ofensa romana contra os judeus, isto é, a construção de uma estátua de Calígula que deveria ser adorada por todos. O advento dessa estátua gerou vários embates dos judeus. Acrescente-se que a imagem de Calígula era muito ofensiva para os judeus porque este era um retrato da autocracia romana sobre os judeus (COMBY E LEMONON, 1987).

Entre os fatores que deflagraram a guerra civil pode-se citar a existência de um litígio entre os gregos e os judeus na cidade de Cesaréia Marítima. Outros aspectos do fator sociopolítico fundamentaram a guerra civil, de acordo com Lobianco (1999, p. 93), foram: “a ambição do Procurador Floro face ao tesouro do templo, a crueldade dos romanos contra Jerusalém e a paralisação dos sacrifícios em favor destes e de seu Imperador”.

Os aspectos citados geraram embates e debates violentos em vários locais das cidades da Judéia entre judeus moderados e judeus militantes, até

que ocorreu a insurreição que culminou na guerra civil judaica, onde vários grupos entraram em choque, e posteriormente, essa guerra civil desembocou na guerra judaico-romana com o cerco do general Tito e a morte de milhares de pessoas (COMBY E LEMONON, 1987).

### 2.3.3 os fatores sociopolíticos da guerra civil judaica

Podem-se citar vários pontos que correspondem aos fatores sociopolíticos da guerra civil judaica. Houve no território da Palestina uma polêmica medida, o censo de Quirino. Segundo Rocha (2004, p. 245): “esse censo era uma verificação de quem é quem e de quem tinha ou não tinha propriedades na Palestina. Esse censo resultou na imposição de uma taxa *per capita* sobre a população da Judéia”. Essa medida desencadeou uma revolta que foi liderada por Judas, os seguidores desse movimento eram chamados de Zelotas (HENGEL, 1961).

Em outro momento, Pilatos, governador da Judéia, ofendeu os sentimentos e valores religiosos dos judeus com a criação de uma imagem que representava o imperador em Jerusalém (ROCHA, 2004). Além disso, a autoridade romana supracitada, em outro momento, apropriou-se dos tesouros do templo judaico em Jerusalém. Esse ato foi motivado para a construção de um aqueduto na cidade. Isso acabou incitando a ira dos judeus (GIUSEPPE, 1974).

Desse modo, percebe-se que havia elementos tanto sociais quanto político e religiosos que fundamentaram a rejeição da liderança romana pelos judeus. De acordo com Rocha (2004, p. 246): “em meados do século I, calcula-se que entre cinquenta e oitenta milhões os habitantes do Império Romano, dos quais cerca de 90% residiam no campo”. Entretanto, a terra que era a principal fonte de renda da população era mal distribuída e isso tornava o contexto social belicoso.

Verifica-se que as terras mais produtivas localizadas na península itálica e nas províncias estavam na mão de uma minoria rica, enquanto os menos favorecidos economicamente se engalfinhavam por pequenas terras (ROCHA, 2004). O fato de que a região da Palestina possuía terras produtivas é relatado

por Kreissig (1989, p. 274) em sua obra intitulada “*a marxist view of Josephus account of the Jewish war*”:

A região da Galiléia era rica em terras, pastagem e árvores de toda espécie. Nas terras em torno do lago de Genesaré crescem de tudo, principalmente, nozes, palmeiras, figos e oliveiras. O clima é temperado e a terra é irrigada por nascentes. A Galiléia é menor que a Peréia, mas supera sua produção. Na Galiléia não existe um único espaço que não seja cultivado. A região de Jericó não pode ser confrontada com nenhuma região do mundo em produtividade.

Ao perceber que as terras mais produtivas sempre ficam sob a posse dos mais abastados, seja dentre as elites religiosas judaicas ou dentre as elites políticas romanas, surgiram vários grupos judeus com o intuito de se insurgirem contra esta prática sociopolítica. Rocha (2004, p. 247) aponta para uma obra que relata a história destes grupos:

No Testamento dos 12 Patriarcas, os últimos governantes asmoneus são comparados a monstros do mar que escravizam seus filhos e filhas livres, roubando seus pertences (Testamento de Judá, 21). Assim, devemos dizer que a hostilidade dos grupos judaicos descrita por Flávio Josefo não se embasa tanto em questões religiosas, mas em fatos concretos de supressão e exploração das classes inferiores por parte das lideranças locais e dos romanos. Aqui reside a razão para a existência de leistai/bandidos/terroristas na Palestina, pessoas que por gerações - primeiro contra os sumos sacerdotes defendidos pelos selêucidas, depois pelos asmoneus e Herodes, e agora contra os romanos – defenderam sua difícil existência contra o poder de seus verdadeiros “assaltantes”, o poder de Estado. Se Flávio Josefo não toca nestas questões, como já destacamos, é principalmente porque ele pertencia à minoria dominante.

Deste modo, percebe-se nas palavras de Rocha (2004) uma forte crítica aos relatos de Flávio Josefo que omitiu a citação dos grupos revolucionários que se insurgiam contra as classes opressoras judaicas e romanas. Provavelmente, Josefo pertencia a classe mais abastada e isso explicaria a omissão. Neste sentido, Hadas-Lebel (1991), afirma que Josefo tinha ancestralidade com o judaísmo rabínico e pode ser considerado como um “privilegiado”. Além disso, ressalte-se que o fato de Josefo ter tido acesso a estudos acadêmicos já o coloca em posição privilegiada ao restante da população analfabeta e camponesa.

É interessante pontuar que pessoas notáveis no contexto judaico acabaram se submetendo a serviços ao imperador, como foi o caso do historiador Flávio Josefo que era ligado de alguma forma com o imperador

Vespasiano (ROCHA, 2004). Pondere-se, portanto, que as classes mais pobres no ambiente das cidades dispunham de condição um pouco melhor que as camadas pobres que residiam no campo.

Acrescente-se ainda que, conforme aponta Wilkinson (1993) a denominada “população livre” que residia na Judéia e no Egito vivia em situação um pouco pior que a dos servos que moravam nas terras dos senhores romanos. Segundo Rocha (2004, p. 245): “em casos de fuga de camponeses para não pagarem impostos, suas famílias ou vizinhos eram brutalmente maltratados e até mesmo torturados até a morte”.

Desse modo, percebe-se que a situação social e política da Palestina no século I eram insustentáveis e isso acabou desembocando na guerra civil, conforme dito acima e, posteriormente, na guerra judaico-romana (70-73 d.C.). Segundo Peretz (2015, p. 16): “as tensões chegaram a um ponto mais crítico na administração de Géssio Floro, o último dos procuradores. Ele era um homem ambicioso e utilizava seu importante cargo como um meio de enriquecer”.

Nesse contexto, para parte dos judeus não havia outra solução a não ser atacar as autoridades romanas, mesmo sendo em tom de deboche. Peretz (2015, p. 16), relata: “Um grupo judaico organizou uma manifestação, criando uma cesta para arrecadar esmolas para o pobre Floro, o que o deixou muito irritado. Floro ordenou um massacre, no qual milhares de judeus foram mortos pelos soldados romanos”.

Alguns judeus pacifistas organizaram um grupo para pedir desculpas para o procurador Floro e aos romanos pela provocação. Eles pretendiam evitar mais mortes e mais retaliações. No entanto, essa ação não foi bem recebida pelos soldados romanos. De acordo com Peretz (2015, p. 16): “eles foram cruelmente reprimidos pelo exército. Esta série de incidentes deu origem à Primeira Guerra Judaico-Romana”. No tópico a seguir abordam-se as guerras judaico-romanas.

#### 2.4 As comunidades cristãs e o Império Romano no século I

Analisados os desdobramentos da guerra judaico-romana do século I, percebe-se que é necessária uma análise quanto ao comportamento da comunidade cristã nesse contexto sociopolítico. Os primeiros cristãos sofreram,

portanto, pressões de todos os lados. De acordo com Melo (2013, p. 33): “o Cristianismo, que se desenvolveu a partir do contexto de dominação do Império Romano, enfrentou diversos desafios, não só na esfera política, mas também nas esferas social e religiosa”. Na esfera social citam-se os desmandos dos romanos que atingia quase todas as áreas da vida civil; na esfera religiosa havia tanto dificuldades com os judeus como também com os falsos mestres.

Vários aspectos da vida naquela época eram incompatíveis com os ensinamentos do Evangelho. Melo (2013, p. 33), relata: “o culto ao imperador era uma realidade incompatível com os valores do evangelho, o sistema de legitimação da ideologia imperial através da *pax romana* e os conflitos oriundos de crenças contrastantes com a fé cristã”. Nesse contexto, geraram-se na comunidade cristã reações específicas no sentido de se autopreservar.

#### 2.4.1 A comunidade cristã e a *Pax romana*

É notório que o Império Romano pretendia garantir uma boa administração nos territórios dominados. Essa administração incluía uma arrecadação de impostos bem-sucedida e a manutenção da paz social. Dessa forma, utilizava-se de procuradores, conforme já exposto acima. De acordo com Melo (2013, p. 30): “o Império Romano contava com uma série de estratégias que eram expressas na chamada *pax romana*”.

Durante o período de dominação da região da Palestina pelo Império Romano havia grande diversidade cultural e religiosa. Era necessária uma medida para que fosse preservada uma convivência tolerante entre os diversos grupos. Melo (2013, p. 30), relata: “do início do regime imperial no ano 27 d.C. até o século II d.C., foi adotada por Roma uma série de ações políticas, militares e ideológicas que objetivaram a manutenção da ordem política e social do Império”.

De certa forma, a *pax romana* constitui-se como uma “romanização” dos povos dominados. Essa foi a forma encontrada pelo Império para trabalhar com a diversidade religiosa e cultural (WENGST, 1991). Destaque-se que a *pax romana* foi estabelecida numa ordem de cima para baixo. Ela nascia no centro do poder imperial e atingia os povos com menor poder aquisitivo. Esta medida não permitia que as classes mais pobres se desenvolvessem economicamente (MELO, 2013).

Inicialmente, o Império Romano não se importou muito com os cristãos porque eles representavam um grupo com baixa capacidade política e religiosa. O cristianismo tinha pouca força e não se mostrava como uma ameaça ao Império. No entanto, Miguez (2015, p. 3), em publicação intitulada “Pablo de Tarso – militante de la fé”, afirma:

A vida e obra de Paulo não podem ser separadas porque ambos surgem a partir da mesma fonte: o seu compromisso de Crucificado. Este compromisso é a chave de leitura que distingue. Paulo é visto como um homem apaixonado por sua missão, mas também é atenta aos conflitos e situações da vida cotidiana. Essa tensão aumenta um sinal de fé que é contra-hegemônicas à ideologia do império (MIGUEZ, 2015, p. 3).

#### 2.4.2 A comunidade cristã e o culto ao imperador

O Império Romano era conhecido por ser eclético e por assimilar várias culturas. Nos territórios dominados por Roma manifestavam-se várias culturas e etnias diferentes. No entanto, a história mostra que Roma perseguiu de forma cruel os cristãos nos primeiros séculos. Neste sentido, Silva (2015, p. 1), pondera: “as perseguições aos cristãos são uma das séries de acontecimentos que se apresentam aos pesquisadores como um problema de grande complexidade”.

Deste modo, há uma contradição, pois de um lado Roma era conhecida pela sua tolerância e por outro lado registros historiográficos apontam para a direção contrária dessa afirmação. Segundo Silva (2015, p.1): “contrapõe-se determinados paradigmas relativos à índole tolerante e integradora da cultura religiosa da sociedade romana, com a intolerância religiosa que se impôs progressivamente mais forte contra as comunidades cristãs”.

Nesse contexto surge a seguinte questão: se Roma tinha uma cultura tão tolerante no que diz respeito à religião, porque o Cristianismo foi perseguido? Alguns historiadores, como Croix (1963), afirmam que a perseguição se fundamentava diante da negação dos cristãos a cultuarem os deuses romanos, especialmente ao imperador. A recusa na adoração era entendida como um comportamento perigoso de rebeldia dos cristãos.

O culto ao imperador também era conhecido como uma ideia de manutenção da *pax deorum*. Segundo Croix (1963), os romanos poderiam culpar os cristãos por qualquer catástrofe que viesse sobre o império devido a

não adoração dos cristãos aos deuses romanos. No entanto, esta é apenas uma das hipóteses. Existem outras interpretações que afirmam que a perseguição aos cristãos não estava tão ligada às superstições, mas na possibilidade da desobediência gerar maus exemplos.

Sendo assim, pode-se apontar as perseguições romanas aos cristãos não apenas baseada numa manutenção ou rompimento da *pax deorum*, mas na obstinação dos cristãos em não obedecerem às ordens de adorar aos deuses romanos e ao imperador. Isto é o que sugere Plínio, o Jovem (Cartas X, 96): “tal postura desafiava as autoridades romanas e poderia minar o seu desejo de poder através da desobediência”.

Durante o período de perseguição aos cristãos a literatura de cunho escatológico proliferou-se no meio cristão. O fato de muitos apóstolos terem sido mortos sob tortura e de o apóstolo João (que escreveu o Livro do Apocalipse), ter sido preso e torturado na ilha de Patmos mostra que os enfrentamentos eram comuns. No entanto, o próprio Livro do Apocalipse indica um chamado para um anti-imperialismo (LIMA JÚNIOR, 2009).

A literatura apocalíptica tinha alguns objetivos como demonstrar os sofrimentos da comunidade cristã; um convite para a resistência (mesmo que passiva em alguns casos) ao império; e uma descrição da glória futura. Segundo Lima Júnior (2009, p. 262): “O Apocalipse de João descreve, de modo metafórico, as experiências de perseguição, opressão e violência que as comunidades cristãs sofreram no último quarto do primeiro século, exercidas pelo império opressor”.

João, em vários trechos, faz menção ao sangue dos mártires e do cordeiro que foi degolado (Apocalipse 1.5-7; 5.6-9; 7.14). Em outra parte, quando é aberto o quinto selo, embaixo do altar são encontradas as almas dos cristãos que foram degolados devido ao testemunho de Cristo (Apocalipse 6.9-11). A besta (cap. 12) é vista como Roma e o dragão simbolizava o império romano que luta contra os filhos da mulher (igreja) em Apocalipse 12.17 (LIMA JÚNIOR, 2009).

Em outros trechos são descritos por João: a) formas de opressão econômica e violenta do Império Romano (Apocalipse 13.16-17); b) riqueza, grandeza e vaidade da Babilônia (Roma); c) Roma também é apresentada como uma prostituta que entrava em conluio com os reis da terra. Lima Júnior

(2009, p. 262), acrescenta: “na época em que o Apocalipse de João foi escrito, o imperador Domiciano se conclamou “Senhor e Deus”, foi o principal inspirador da repulsa ao culto imperial”.

Posteriormente, na transição do século I para o século II, um autor desconhecido escreveu uma obra intitulada de “Proto-Evangelho de Tiago”. Esta obra não tinha uma proposta nitidamente apocalíptica, mas ela foi escrita durante períodos de perseguição, portanto, demonstra um pouco do sentimento e da mentalidade dos cristãos neste período. Segundo Campos (2012, p. 141): “este livro tem um caráter exclusivo de piedade pessoal”. O proto-evangelho de Tiago é uma demonstração de que mesmo os cristãos sofrendo perseguições, dedicavam-se para a piedade, para a comunidade e na perpetuação dos valores cristãos. Segundo Campos (2012, p. 145): “através do Livro Proto-Evangelho de Tiago percebe-se que os cristãos daquela época se expressavam artisticamente para refletir suas opiniões com relação a Deus com uma função educacional, memorial, cultural e evangelística”.

Sendo assim, é possível afirmar que os cristãos utilizaram a literatura apocalíptica para demonstrarem não somente sua esperança para um futuro ou uma devoção pessoal, mas também era um convite para um levante no presente baseando-se nos sofrimentos que padeciam. De acordo com Campos (2012, p. 145): “a base da identidade cristã estava nos elementos imateriais que são compostos de uma materialidade (como nas imagens das catacumbas)”.

A importância da apocalíptica para os oprimidos pelo Império Romano será analisada mais pormenorizadamente no capítulo seguinte. Em Paulo é possível encontrar reminiscências apocalípticas. Na teologia de Paulo enfatiza Deus no presente (“este século” e “século vindouro”), a ressurreição e a transformação da atual época pela obra de Cristo, isso é um *apokalupsis*. Deste modo, pode-se dizer que a apocalíptica não somente é um relato escatológico da história, uma esperança futura. Mas um convite para uma transformação do presente tempo. Paulo torna-se também um apocalípticista.

No entanto, é necessário adiantar que ao focar o presente, o apóstolo Paulo demonstra o pensamento de que para que a glória futura ocorresse era necessário que se insurgisse contra os principados e potestades.

A literatura apocalíptica era um instrumento que não somente apontava para um futuro distante, mas refletia o pensamento do povo sobre o presente. Kearney (1984) aponta pelo menos quatro características: a) um “eu” diferente dos opressores; b) o “outro” que é um partícipe da mesma sociedade; c) a classificação (instalação social, física e espiritual); d) a relação entre os meios e os fins (causalidade).

A literatura apocalíptica envolve percepções do tempo, do espaço e do poder. Deste modo, pode-se concluir que diante das opressões romanas, a literatura apocalíptica é um chamado para a resistência dos cristãos contra o Império Romano, conforme se aduz de forma mais pormenorizada no capítulo seguinte.

## 2.5 A apocalíptica como indicativo de justiça

A base da esperança cristã tem um aspecto semelhante ao pensamento dos israelitas no Antigo Testamento, ou seja, a expectativa do juízo divino sobre os reinos opressores (TELES, 2015). Além disso, percebe-se também um indicativo no sentido de que além do juízo divino há um estado futuro em que não se terá injustiças e opressões, conforme Paulo em 1 Coríntios 2.9: “o que os olhos não viram, os ouvidos não ouviram e o coração do homem não percebeu, Deus preparou para os que o amam”.

Deste modo, o Novo Testamento aponta para uma esperança escatológica da justiça divina que promoverá a punição dos maus e a justiça social. Segundo Ratzinger (2012), esse entendimento no NT inicia-se nos Evangelhos quando Jesus prega que a chegada do Reino de Deus relacionando-o com o juízo divino em suas parábolas sobre o fim dos tempos. Neste sentido, são oportunas as considerações de Teles (2015, p. 16):

O título “Filho do Homem”, carregado da apocalíptica judaica, identifica Jesus como juiz universal vindouro e, ao mesmo tempo, já presente. O sentido da “plenitude final”, em Paulo, é verificado a partir da ideia de justificação relacionada à iminência da *parusia* e ao juízo divino. Por fim, resplandece a esperança da justiça final e plena, mediante uma direta intervenção divina, descrita no Apocalipse.

Jesus apontou em algumas parábolas a eminência do juízo final sobre os iníquos. Segundo Jeremias (2009), a parábola do servo sem misericórdia

indica que a falta de misericórdia também remeterá o juízo. Desta forma, paralelamente, está-se dando uma sentença para os opressores.

Outra parábola que indica a eminência de um juízo sobre o povo é a parábola do casamento. De acordo com Mateus 25.1-13, as dez virgens foram convidadas para o casamento, sendo que apenas cinco estavam com as lamparinas preparadas com azeite. O óleo nas lâmpadas aponta para a prática da justiça que, na sua ausência, impossibilita de alegrar-se com o noivo (TELES, 2015).

Conforme se depreende das palavras de Teles (2015), o Novo Testamento possui indicativos sobre a justiça e o juízo divino que sobreviria sobre os opressores (ZILLES, 1980). Por outro lado, o Livro de Apocalipse relata a história, metaforicamente, de perseguições e violências que um reino opressor exercia sobre as comunidades cristãs e aponta para a esperança do juízo:

Apocalipse 1.7: Eis que ele vem, com as nuvens e todo olho o verá, até mesmo aqueles que o traspassaram; e todos os povos da terra se lamentarão por causa dele. Assim será! Amém.

Apocalipse 5.12: e cantavam em alta voz: “digno é o Cordeiro que foi morto de receber poder, riqueza, sabedoria, força, honra, glória e louvor!”.

Apocalipse 6.10: Eles clamavam em alta voz: “até quanto, ó Soberano, santo e verdadeiro, esperarás para julgar os habitantes da terra e vingar o nosso sangue?”

Apocalipse 19.2: Pois verdadeiros e justos são os seus juízos. Ele condenou a grande prostituta que corrompia a terra com a sua prostituição. Ele cobrou dela o sangue dos seus servos.

Os textos supracitados apresentam a apocalíptica de João como um indicativo da justiça divina que deveria gerar nos cristãos um sentimento de esperança. Outros textos ainda apontam de modo metafórico, para a luta dos cristãos contra o Império Romano como: a) Apocalipse 11.7-8: a morte das duas testemunhas na luta contra a Besta que representa Roma; b) os filhos da mulher (que representa a igreja) que são atacados injustamente pelo dragão (Império Romano), entre outros.

Fato é que o martírio imposto pelos romanos aos cristãos é o tema denunciado por João no Apocalipse (KOESTER, 2005). Por outro lado, após o discurso escatológico de Jesus contidos nos capítulos 24 e 25 de Mateus, a parábola do juízo final é seguida pela vinda e aparição em glória do Filho do

Homem. Deste modo, percebe-se que a ideia de juízo iminente para os maus sempre era acompanhada de um indicativo de esperança e alegria para os justos que defendiam a igualdade social.

Sendo assim, conforme se verifica, a apocalíptica, além de ser um instrumento de justiça, servia também como um importante meio de promoção de esperança para os povos oprimidos pelo Império Romano.

## 2.6 A Apocalíptica como instrumento de esperança

Pode-se dizer que a apocalíptica teve como aspecto caracterizador a perseguição desde o Antigo Testamento. De acordo com Costa (2009, p. 7): “o povo de Israel, em meio aos seus sofrimentos, lançava as suas expectativas em forma de literatura, querendo crer na vinda triunfante do Messias com a sua espada flamejante para exterminar os seus opressores”. Percebe-se, portanto, o relevante papel da literatura apocalíptica na cosmovisão dos judeus.

Entretanto, a história dos judeus está permeada de desastres. Em alguns momentos parecia que nenhum libertador surgiria para libertá-los. Barclay (1975) destaca que em momentos de grande perseguição religiosa alguns apostatam de sua fé. Quando o sentimento religioso cede às pressões políticas e religiosas, a esperança se esvai.

Neste contexto, de acordo com Manson (1965), é comum o surgimento de homens com vocação para fortalecer a fé do povo, trazendo uma mensagem de boa nova e incentivando o povo a ser leal a Deus. Deste modo, os autores da literatura apocalíptica aparecem como estes homens que carregam esse sentimento dentro de si e uma grande fé na justiça e no juízo divino. O juízo divino, primeiramente, traria a justiça social (MANSON, 1965).

Percebe-se que a literatura apocalíptica se encontrava dentro de um contexto em que o povo simples, de fé simples, cria no estabelecimento de um governo justo divino e que lidavam diariamente com as batalhas de uma vida dura permeada de experiências com opressões e injustiças (BALDWIN, 1983).

Percebe-se que a apocalíptica pressupõe a esperança. Mesmo que não se vislumbre esperança na alteração da realidade presente, a apocalíptica aponta para a esperança de uma justiça escatológica (BARCLAY, 1975). Neste sentido, diz Costa (2009, p. 10):

Os escritores apocalípticos tinham como objetivo apresentar uma mensagem de conforto e estímulo, proclamando a grande esperança de libertação, encorajando os homens a permanecerem leais e vigilantes, até que fosse inaugurado o reino messiânico num futuro próximo, por meio do qual os judeus seriam libertados de seus inimigos, tendo a partir daí uma paz indestrutível.

Em outras palavras a literatura apocalíptica poderia ser definida como um Evangelho escrito para os tempos maus. Sendo assim, nas entrelinhas, dizia-se que a salvação do povo de Deus e o castigo sobre os opressores era algo iminente.

A situação do Império Romano era de total opressão, exclusão e perseguição aos mais fracos. Foi nesse contexto que o Apocalipse de João foi escrito. É interessante perceber que não é possível compreender o texto sem entender e conhecer a situação de total sofrimento e exclusão que viviam os cristãos do primeiro século. As faces do império, como foi possível perceber, eram caracterizadas por perseguição, opressão, exclusão e total sofrimento. Assim, a mensagem fundamental do Apocalipse está fundamentada em duas bases: a resistência e a esperança. Portanto, nesse capítulo ficou demonstrado as faces do mau do Império Romano, mas por outro lado, os instrumentos de justiça, resistência e esperança que permeiam todo o Apocalipse de João. O terceiro capítulo possibilitará um aprofundamento nos instrumentos supramencionados.

### 3. O APOCALIPSE DE JOÃO COMO MENSAGEM DE ESPERANÇA EM TEMPOS DE CRISE

O texto apocalíptico de João tem com objetivo central transmitir esperança aos cristãos do primeiro século. Como já destacado anteriormente, o contexto sociológico estava envolto em perseguição política-religiosa, opressão e violência. Assim, Pablo Richard destaca que:

O Apocalipse de João buscaria uma afirmação de identidade cristã contra o sistema escravagista e na construção de uma comunidade alternativa. Algo semelhante acontece hoje no Terceiro Mundo, frente a um sistema de mercado total, que nos impõe um sistema único de valores e uma religião do mercado, antagônica à fé cristã. O protesto profético hoje, dentro do sistema, torna-se cada dia mais difícil; o protesto apocalíptico fora do sistema é o protesto maciço mais significativo e eficaz (RICHARD, 1996, p. 51).

#### 3.1 Esperança de libertação

Conforme destaca Richard, o Apocalipse busca a afirmação de uma identidade contra o sistema escravagista. Após o retorno do povo de Israel do exílio, vários impérios alternaram-se no domínio e no acultramento dos israelitas e, portanto passaram, sucessivamente, a dominá-lo. A força opressora não se manifestava de imediato, porém pouco a pouco a verdadeira face dos dominadores começava a ser desvendar. Algo a ser destacado neste período é de que por trás da tolerância religiosa e cultural se escondia um sistema escravagista lembrando sempre que isto somente seria possível com a complacência da elite judaica. O elitismo gerou um nível mais baixo para os oprimidos, tornando-os agora excluídos com o passar dos dias. Objetivamente, atingia com mais força os menores favorecidos, os pobres camponeses. Os profetas do Antigo Testamento, como Miqueias, Ageu e Amós, geralmente denunciavam este comportamento das elites e com veemência se opunham a elas. Não à toa que os profetas do Antigo Testamento geralmente se opunham aos mais abastados. Valmor da Silva (1989, p.8) expõem as motivações e os relatos dos poderosos em detrimento dos menos favorecidos, pois sempre usaram a influência política e suas posições de poder para se sobrepor aos pobres. O registro da história sempre foi feito pela ótica e “benevolência” dos

ricos e abastados. Os verdadeiros agentes na execução da história sempre se mantiveram ausentes nos registros dos fatos reais. Os poderosos, sempre devido às suas posições e influências, conseguiam se sobrepor aos pequenos, e ainda deixar relatos registrados conforme suas conveniências, como podemos verificar nas palavras de Valmor da Silva:

“A história da humanidade foi lida, quase sempre, a partir da ótica dos governantes, dos ricos, dos poderosos, dos colonizadores. O povo, verdadeiro agente desta história e seu real protagonista, esteve ausente na hora de escrever os fatos” (SILVA, 1989, p. 9).

A principal fonte de produção no sistema escravagista caracteriza-se pelo uso e comercialização de mão de obra escrava.

O autor estabelece essa correlação para os dias de hoje, especificamente no Terceiro Mundo. Esse aspecto merece um destaque e um aprofundamento. A atualidade é ainda mais carente de uma mensagem de esperança tal qual nos apresenta o Apocalipse de João. Se no “centro do Apocalipse (12, 1-15,4) já vimos a comunidade cristã em confronto com as estruturas do Império (a besta e o falso profeta)” (RICHARD, 1996, p. 246), as comunidades cristãs na atualidade também precisam e devem se posicionar contra as forças imperiais que oprimem e excluem os menos favorecidos a uma vida digna em sociedade na atualidade.

### 3.1.1 Esperança de transformação

A exclusão acontece a partir de um encadeamento de fatores de natureza relativamente distinta que convergem, mais ou menos de forma intermitente contínua e repetitiva, no nível de vida de pessoas, grupos e territórios. Sua origem está na falta de meios de subsistência. Podemos incluir nas origens da exclusão, nível baixo de salário, baixa oportunidade de trabalho, falta de habitação. Portanto, quer por um modo de governar quer por outro, sempre os menos favorecidos sofrem algum tipo de exclusão. A ação do Estado tributário ou escravista ou escravagista sempre trouxe empobrecimento para o povo.

Assim como o autor do Apocalipse pretendeu transmitir esperança no contexto da questão da exclusão, esta pesquisa tenta demonstrar que é possível enfrentar esta realidade excludente do terceiro mundo. Mesmo que o Brasil seja considerado um país em desenvolvimento, ainda assim de maneira vergonhosa estamos diante de uma realidade cruel e maldosa para com os pobres e miseráveis uma vez que isso atinge inclusive o Brasil. O fato de que, em 2017, o Brasil vai ganhar três milhões e meio de novos miseráveis não pode passar despercebido. A realidade da exclusão é dramática e ainda pior que exploração e opressão, como compreende Richard:

A realidade da exclusão é uma situação pior que a exploração e a opressão, pois o excluído fica completamente fora e não conta: sua morte não afeta o sistema. Como diz Paulo em 1 Cor 1,28: 'Deus escolheu o plebeu e o desprezível do mundo; aquele que não é, para reduzir ao nada, aquilo que é'. Em certo sentido, o explorado é um privilegiado, porquanto ainda faz parte do sistema. Há uma degradação crescente quando o pobre já não é apenas pobre, mas também oprimido, e quando já não é só oprimido, mas excluído. O excluído não apenas sofre a violência dominante, mas, além disso, a violência entre os próprios excluídos; a exclusão destrói as relações sociais entre pobre e pobre, entre homem e mulher, entre adulto e criança. Em tal situação de exclusão, a reconstrução da comunidade e da pessoa se torna urgente e libertadora. Este é o contexto social fundamental onde nasce o Apocalipse, sem negar situações de opressão permanente e de perseguição indubitáveis, que se deram da mesma forma (RICHARD, 1996, p. 50).

O contexto em que o Apocalipse está inserido é absolutamente um contexto de crise de proporções absurdas. Havia a opressão do Império Romano, através do seu meio de produção, bem como a opressão da própria elite judaica, os sacerdotes, os religiosos. Os mandatários do templo, pressionavam ainda mais a população, sufocando sua sobrevivência, resultando nas revoltas conhecidas.

### **3.2 O desocultamento do Apocalipse de João**

O Apocalipse de João conforme nos é apresentado não teve início no Novo Testamento, isto é, houve escritos anteriores descrevendo o fim, os últimos tempos, pois esta literatura apocalíptica era recorrente na tradição judaica. Tem-se precursores, especialmente o livro de Daniel. As profecias apocalípticas do Antigo Testamento são para o Novo Testamento o que João

Batista fora para Jesus de Nazaré. Essa tese está formada ou fundamentada no desenvolvimento histórico da profecia do Antigo Testamento. O exílio judeu na Babilônia, durante aproximadamente setenta anos, contribuiu para uma grande crise nacional e tendo um recrudescimento no período helênico com Antíoco Epífanos IV, quando este investiu contra a fé dos ancestrais dos judeus. Esse último evento serviu como mais um ingrediente para o apocalipticismo. Portanto, o apocalipticismo foi pautado na perseguição:

“A magnitude desse sofrimento sem precedentes desafiou os entendimentos tradicionais de Deus e seu relacionamento com o mundo. Os apocalípticos concluíram que o mau era tão arraigado e cósmico em escala que apenas a intervenção divina poderia corrigir a situação.” (GREEN; McDONALD, 2013, p. 255. Tradução nossa)

Os textos dos profetas apocalípticos foram uma resposta aos poderosos que causaram a opressão. Tendo em vista de que Deus optou pelos pobres, os profetas não tiveram outra alternativa senão denunciar a opressão e a violência contra os menos favorecidos:

“Afim, esta é a opção de Deus. Ele é o defensor da vida. Onde há uma vida ameaçada, aí está Deus para defendê-la. Portanto, Deus sempre toma partido do mais fraco. Ele sempre faz opção preferencial pelos pobres e confunde os projetos de grandeza dos orgulhosos.” (SILVA, 1989, p. 9)

Observando o livro de Apocalipse, de uma visão geral, ele serve para atenuar os períodos de opressão sofridos aqui na terra. Porém, ele também revela segredos ocultos que trazem refrigério para os aflitos através da demonstração de esperança e vitória para os que permanecerem fieis.

Vendo por este prisma todos os documentos apocalípticos que influenciaram o Apocalipse de João trazem, em suas linhas, uma nova esperança para os pequenos que são oprimidos, independentemente dos motivos. Nota-se a descrição, num sentido linear, do momento ruim pelo qual estão passando, bem como os dias bons, que serão desfrutados no futuro:

“Existe um dualismo temporal entre o presente e o futuro. Duas eras justapostas, o presente, a idade do mau e o futuro, a idade gloriosa a vir – quadro do pensamento apocalíptico. No apocalipticismo judaico, a idade atual é demarcada por criação e dia culminante do Senhor. A

idade a seguir segue e dura para sempre.” (GREEN, McDONALD, 2013, p.256. Tradução nossa).

Seguindo outra ótica dentro do apocalipticismo, algumas das bênçãos futuras, na verdade, já são desfrutadas pelos fieis, no presente, já que falam do Cristo ressurreto, da salvação e ressurreição dos salvos na *parousia*:

“A carta à comunidade de Esmirna traz bem claro a mensagem central da ressurreição. Começando com o nome que se dá a Cristo: “o primeiro e o último, que esteve morto e tornou a viver”. Com isso se anima e da esperança aos fieis, afirmando que é Jesus Cristo quem comanda a história”. (WOLFF, 1989, p.43).

Esta visão apocalíptica cimenta a ideia de que as eras caminham para uma crise sem precedentes que ocasionará em uma intervenção divina. Em toda literatura apocalíptica existe a mensagem central e basilar de encorajamento, mesmo que o inimigo opressor que se posta à sua frente sejam impérios poderosos. O próprio relato de Cristo, através dos escritos do apóstolo João, às igrejas da Ásia faz referência a isso: “Aquele que vencer, dar-lhe-ei a coroa da vida eterna.” Faz-se necessário ressaltar de que o reino celestial e o terrestre andam em paralelo, pois as palavras do Cristo se referem a vida da igreja terrena que tinha a sua frente o Império Romano e os poderes celestiais das trevas. Porém, ao vencedor, lhe será permitido entrar no Reino dos céus.

Vale destacar um pouco mais o lado desocultador do Apocalipse. Nesse aspecto, é digno mencionar as palavras de Pablo Richard:

“O Apocalipse, como desocultamento, tem como finalidade tornar visível a realidade dos santos e legitimar sua causa, sua resistência e sua luta. Em termos modernos poderíamos dizer que o contrário de ideologia. Ideologia, em seu sentido negativo, é o que oculta a realidade e legitima a dominação. A função da ideologia é a de ocultar a opressão e legitimar a dominação. O Apocalipse desoculta a realidade dos pobres e legitima sua libertação. Por isso, o Apocalipse é libertador, é uma boa nova para os pobres. Se tomarmos o conceito mítico-teológico “céu-terra”, podemos dizer que o Apocalipse revela o céu: torna visível a dimensão oculta, transcendente e profunda da história.” (RICHARD, 1996, p. 54).

O Apocalipse de João estava para mostrar um Deus que não está fora do Seu trono, mas está assentado nele controlando todas as coisas. O Apocalipse vai desocultar o sofrimento do povo, mas também vai mostrar que apesar das perseguições, Deus está do lado deles, dos pobres e oprimidos. O

tempo que os judeus estiveram no exílio parece ter sido suficiente para fazer com que esquecessem suas experiências adquiridas bem como as promessas ditas que no seu devido tempo se cumpririam. Chegaram até a desacreditar que o Senhor teria poder para livrá-los. Nesse ponto da história nasce o movimento apocalíptico, trazendo de volta as suas mentes e corações as profecias que um dia já haviam iluminado seus caminhos percorridos, mostrando novamente ao povo que o Senhor continuava se importando com os mais fracos e que Ele ainda era um Deus que praticava a justiça. Estas palavras encorajadoras trouxeram de volta uma nova postura adquirida pelo povo: a esperança.

A volta desses pensamentos estava envolto em crer que tamanha injustiça e desgraça da nação só poderiam ser vencidas por uma intervenção divina. A esperança renascida no coração do povo é um único argumento plausível que se poderá encaixar no ânimo renovado da nação. É a motivação necessária para fazerem se levantar e continuar a sua luta contra os opressores. O crédito as profecias e visões do passado eram ou foram o combustível para a esperança.

A princípio, o desocultamento do Apocalipse foi realizado de forma gradual, isto é, somente com o tempo, lendo o conteúdo do apocalipticismo vamos notar a existência de uma linguagem oculta, utilizada de forma proposital. E tendo conhecimento dos fatos que objetivaram os escritos apocalípticos torna-se ainda mais compreensível o uso de tal linguagem. Nesse aspecto vamos nos ater aos simbolismos utilizados. Como Green e McDonald vão dizer “chegamos ao que muitos consideram o núcleo essencial do apocalipticismo, ou seja, a noção de revelar informações previamente escondidas”.

Um dos livros com mais simbolismo é o do profeta Daniel. A ele foi dito para seguir seu caminho, continuar sem se preocupar com as profecias recebidas, já que ficariam seladas até o fim dos tempos. Uma ordenança contrária dada a João de Patmos, que deveria expor de imediato a profecia como se fosse acontecer em tempo próximo. Compreendendo a simbologia como linguagem do apocalipticismo, Fromm vai dizer:

“A linguagem simbólica é aquela por meio da qual exprimimos experiências interiores como se fossem

experiências sensoriais, como se fossem algo que fosse feito com relação a nós no mundo dos objetos. A linguagem simbólica é uma língua em que o mundo exterior é um símbolo do mundo interior, um símbolo de nossas almas e de nossas mentes.” (FROMM, 1980, p. 20)

Os símbolos possuem inúmeras características, e por esse motivo tornaram-se elementos participantes da escrita como um meio de transmitir uma ideia, na tentativa de descrevê-la da forma mais próxima da realidade, fazendo o papel de transmitir o que está ausente, na tentativa de descrever coisas indescritíveis.

Os escritores apocalípticos utilizavam-se grandemente do simbolismo, como já dissemos, de forma proposital por dois motivos. Primeiro para dar um efeito de drama e segundo para ocultar mensagens cifradas endereçadas ao povo em opressão para confortá-lo e reanimá-lo. Tais símbolos já eram conhecidos, pois, permeavam de alguma forma no Antigo Testamento.

### **3.3 A mensagem de esperança**

O Apocalipse é boa nova. Deve gerar esperança e não temor. Boa nova porque traz a lume que a opressão e a perseguição podem aumentar, mas, os fiéis não perecerão, serão libertos pelo Senhor. Existe um plano elaborado desde a fundação do mundo. A mensagem do Apocalipse de João não se trata de trazer temor, em que pese conter castigo e destruição pelas guerras, terremotos; aqueles que lutarem e persistirem até o fim serão recompensados. Pelo poder da maravilhosa graça poderão adentrar às mansões celestiais prometidas desde a fundação do mundo. Olhando através dessas promessas será possível ter em mente a esperança de que tudo está se encaminhando para o seu cumprimento e de que o dia final da nossa vitória se aproxima. Moltmann vai dizer:

“A esperança é chamada e capacitada para a transformação criadora da realidade, pois possui uma perspectiva que se refere a toda realidade. Tudo considerado, a esperança da fé se pode tornar uma fonte inesgotável para a ignição criadora e inventora do amor. Ela provoca e produz perenemente ideias antecipatórias de amor em favor do homem e da terra, modelando ao mesmo tempo as novas possibilidades emergentes à luz do futuro prometido, e procurando, na medida do possível o melhor mundo possível, porque o que está prometido é possibilidade total.” (MOLTMANN, 2003, p. 43)

Para os cristãos da Ásia menor que estavam sendo perseguidos e oprimidos, a palavra que o Apocalipse veio dar a seus corações era que deveriam esperar por Deus ativamente, mas também pacientemente. Era necessária uma libertação histórica para que a redenção escatológica viesse. A mensagem de esperança para os fieis dizia respeito ao Cristo ressuscitado, fazendo o povo visar o futuro através das promessas do passado. “A escatologia cristã fala de Jesus e de seu futuro. Conhece a realidade da ressurreição de Jesus e anuncia o futuro do ressuscitado”. (MOLTMANN, 2005, p 31). De modo algum o Apocalipse deve ser visto como uma mensagem de alienação, pelo contrário, ela ensina a resistir historicamente, de modo encarnado, a tal ponto de poder transformá-la. O Apocalipse nos incita a crer que a esperança cristã encontra-se em Deus. “O Deus, de que aí se fala, não é o Deus intramundano ou extramundano, mas o Deus da esperança.” (MOLTMANN, 2005, p. 30). Os fiéis precisam entender que a forma de lidar com a esperança futura pode alterar a forma de passar as dificuldades e arbitrariedades presentes.

O fiel vive nesse mundo, com todas as suas inconveniências, porém deve viver com o firme pensamento de que sua morada não é nesta casa terrena. Ao deitar-se para dormir em sua casa aqui, mas sonha com sua casa celestial. Essa mensagem fala sobre espera, e confiança na promessa do Cristo, “trazendo a memória aquilo que traz a esperança” (Lm 3.21).

O apocalíptico cristão exclama por segredos abertos. O foco inicial da literatura apocalíptica está em mostrar o destino dos justos e dos perversos. Esses destinos são de extremo interesse do ser humano e acredita que possa haver melhoria na realidade, ou um lugar melhor a espera dos justos mediante a realidade em que se está inserido, somente a fé em conjunto com a esperança podem fazer com que Seu povo tenha uma espera ativa, participativa, que os impulsionam a ir em busca do que foi prometido: novos céus e nova terra. Nesse sentido Moltmann vai dizer:

“A fé une o ser humano a Cristo, a esperança abre essa fé para o vasto futuro de Cristo. Por isso, a esperança é a companheira inseparável da fé. Ela é o *prius*, mas a esperança detém o primado”. (MOLTAMANN, 2005, p. 35).

A esperança apocalíptica não deve trazer quietude e sim inquietude. Segundo Moltmann, a Igreja continua peregrina, pois vê no que é apresentado pela sociedade como permanente algo que para ela é temporário. A esperança contida no Apocalipse de João não fala de recuo, mas de enfrentamento. Por sabermos que nossa morada não é aqui, em meio as opressões, perseguições deste mundo e, sim que, nosso futuro é ver o Cristo ressuscitado, não há como ter uma espera passiva, complacente e sonolenta. É isso que o Apocalipse traz à luz. “O fato de não nos satisfazer, o fato de entre nós e as coisas da realidade não existir harmonia amigável é fruto de uma esperança inextinguível.” (MOLTMANN, 2005, p. 37).

### **3.4 Tempos de crise**

Temos por definição de crise um evento que gera uma situação instável, perigosa, de penúria ou deficiência no curso da vida de um indivíduo, grupo, comunidade ou de toda uma sociedade. Portanto, a crise sempre existiu. No momento atual, várias crises atingem nosso país. Em 2013, no governo de Dilma Rousseff, a crise econômica se agravou culminando com outras crises diversas, criando desta forma um círculo vicioso. Vale ressaltar, porém, que o início da crise industrial que afeta nosso país teve início na década de 1980.

Como aqui apenas medidas paliativas foram implementadas, instalaram-se as crises de confiança dos mercados, a crise política, atrelada às crises de moral e ética que se arrastam até aos dias de hoje.

Quando a desconfiança se instala o resultado final será a queda do PIB. E isto ocorre porque cai, primeiramente, os investimentos, trazendo junto o aumento de desempregados que a partir deste momento deixa de consumir. Resultando num menor investimento ainda por parte dos empresários pelo fato dos consumidores não estarem comprando. A atual crise no Brasil, que ao final de 2017 ainda estará acima dos treze milhões de desempregados, espelha muito bem isso.

Vale dizer que no setor industrial os problemas tiveram origem quase quarenta anos atrás, conforme relata Paulo Francini:

O agravamento da situação da indústria, reconhecidamente, não teve início no governo Dilma, nem no período de Lula. A trajetória de queda da participação da indústria de transformação no PIB começou na década de 1980. Portanto, não adianta apontar para um presidente em particular. Lembre-se de que Fernando Henrique, quando presidente, tinha a seu lado Gustavo Franco, realmente o campeão dos campeões em termos de taxas de juro e na questão da valorização do real. O que aconteceu com a indústria, portanto, tem muito a ver com a valorização do real. O quadro atenuou-se especialmente no governo Dilma, quando houve, em dois anos, uma desvalorização da moeda de 30%. Não apenas porque o governo quis, mas por conta também da própria situação do País, de estar num período de bonança, de supervalorização das suas exportações e geração positiva de saldos comerciais, favorecendo a desvalorização.

([www.cartacapital.com.br/revista/793/as-causas-da-desconfianca-9.176.html](http://www.cartacapital.com.br/revista/793/as-causas-da-desconfianca-9.176.html). Acesso dia 26 de setembro de 2017.)

Não apenas o Brasil enfrenta um momento de crise. Desde a crise econômica de 2008, o mundo enfrenta situações absolutamente complexas. É possível afirmar que a palavra “crise” é a principal palavra do momento. Apenas para mencionar a crise que atingiu a Grécia alguns anos atrás, quebrando seu sistema financeiro (que segundo analistas teve início com programas sociais e gastos com a Olimpíada) a crise provocada com a saída da Inglaterra da União Europeia, a crise dos refugiados na Europa, a crise atual da Venezuela. A crise pode ser vivenciada de diversas formas, estruturais e em diversos setores da sociedade. A crise do judiciário, do legislativo, do executivo. A crise financeira, da saúde, da educação, da moral, da ética. A crise na política. E, nesse contexto, a mensagem do Apocalipse é libertadora e cheia de esperança.

A própria Europa enfrenta vários tipos de crises na atualidade. A saída da Inglaterra da União Europeia é uma das mais importantes por atingir em cheio vários países. O cerne dessa crise que se tem propagado nos meios político e comercial é porque as leis implementadas que regem esse bloco tira dos países componentes importantes de sua independência de ação e proteção soberana como nação. Vários problemas que têm surgido durante esses anos tem levado os países a tomarem medidas protecionistas. Como exemplo podemos citar a questão dos imigrantes, expulsos dos países africanos pelas guerras ocasionada pelo Estado Islâmico, guerras étnicas e políticas, onde muitos países europeus têm fechado suas fronteiras, objetivando proteger seus cidadãos, sua produção, seus empregos, manter sua condição de vida normais. Isso nos leva a pensar que consequências externas

têm influenciado o pensamento de que a globalização, como sistema, tem perdido adeptos e pode ter chegado ao fim da curva de ascensão. Quando essas pessoas são impedidas de entrar em qualquer outro país, quer pela raça, pela cor ou credo religioso, automaticamente já estão sendo excluídos da sociedade e começam a viver à margem dela, pois, voltar atrás não tem como, já que lá, de onde saíram, não existe mais casa, um lar, nem família. Aí, começamos a entender o que os moveu a tomar a atitude de mudança.

Todos esses tipos de crises atingem primeiramente os mais frágeis, os desfavoráveis da nação, os desprovidos de justiça. E também são os últimos a perceberem que algo está melhorando na nação e que por fim atingirá suas vidas também. Nesse grupo de crises podemos incluir épocas em que podem ocorrer perseguição religiosa, e durante esse período a fé de muitos pode se exaurir chegando ao ponto de desfalecimento e como a fé é a base da esperança esta também acaba por morrer trazendo o desânimo em seu espírito, e como consequência, muitos caem no desespero e até na desistência da luta e da sobrevivência. Nesse contexto em que os governantes se esquecem do povo mais humilde o apocalipticismo se encaixa como um atenuante da situação para o presente trazendo uma visão de um futuro promissor com um governo justo e eterno.

## CONCLUSÃO

A conclusão da presente pesquisa confirma a hipótese de que o Apocalipse e a apocalíptica transmitem uma mensagem com dois aspectos positivos: de um lado, é uma resistência à dominação imperial e de outro lado, transmite esperança para a comunidade em tempos de crise. Em tempos de dominação do império do capitalismo, que provocou profunda crise na sociedade atual, com enorme desigualdade entre os povos, a mensagem do Apocalipse de João é relevante e significativa.

O primeiro capítulo abordou aspectos estruturais e característicos do Apocalipse de João, destacando a composição, configuração, gênero, fontes, além de ter apresentado uma compreensão inicial do Apocalipse, demonstrando o lugar de onde a pesquisa estaria partindo. O primeiro capítulo deixou claro que o Apocalipse trata da desocultação do que estava coberto e propõe uma mensagem libertadora para os fracos e oprimidos. Conseqüentemente, o autor é um profeta cristão que está anunciando os desmandos do Império Romano. Ainda no primeiro capítulo, foi demonstrada a existência de um vínculo entre o Apocalipse e alguns outros livros do Antigo Testamento, em particular, os livros de Daniel e Apocalipse. Como foi possível perceber, existem diferentes correntes de interpretação do Apocalipse. No entanto, ficou claro que há certo consenso que a mensagem trata diretamente do tempo presente. O primeiro capítulo, portanto, deixou claro que a interpretação do Apocalipse está centralizada na presença de Jesus ressuscitado que no final vence todas as forças imperiais.

O segundo capítulo demonstrou as faces do Império Romano. A partir da apresentação do contexto do primeiro século foi possível perceber que o império oprimia com altas taxas de impostos, além da escravidão, exclusão e opressão das classes mais desprovidas de recursos e possibilidades. As faces do Império apresentavam-se como sinônimo de poder excessivo, luxo, maus imperadores, produção e predomínio das leis, espaço de tirania, florescimento dos povos, liberdade de comércio, taxação excessiva, declínio e morte. Eram esses os traços característicos da face imperial. Como ficou claro, império é a confluência de poderes políticos, militares, culturais, econômicos e religiosos,

dentro de um poder de dominação que impõe um caminho de benefícios do vulnerável ao poderoso. Qualquer semelhança com os Impérios do tempo atual não é mera coincidência.

A figura do imperador era emblemática. Sendo o imperador a figura mais poderosa do governo romano, era necessária a sua aceitação entre as províncias e entre todos os povos subjugados. A aceitação do imperador nas províncias algumas vezes era imposta e essa era a condição básica para que os interesses imperiais fossem atendidos de forma efetiva. A forma impositiva utilizada pelo imperador pode ser entendida como a utilização de violência algumas vezes. O imperador possuía alguns poderes específicos, entre eles destacavam-se os poderes tribunícios e os proconsulares. O poder do tribunal dava autoridade em relação ao governo civil, ele podia presidir e controlar o senado. No poder proconsular ele exercia autoridade sobre o exército romano. Acrescente-se que o imperador tinha uma guarda pessoal. Além disso, o imperador tinha também o poder sobre a religião do império. Outra face da opressão do Império Romano era a imposição da sua cultura sobre os povos dominados. Impor costumes, regras, normas sobre os dominados era próprio de um império que estava pouco preocupado com o bem-estar das pessoas. Como já se sabe, esse hábito de imposição de cultura acompanhou especialmente o Ocidente por muitos séculos. Só para citar a imposição aos povos do novo Mundo, por exemplo. Nesse contexto, é cada vez mais necessário apresentar uma outra face, em contra posição à face imperial. A face da boa nova de Jesus de Nazaré aos mais favorecidos. A boa nova do reino de Deus que tem como proposta fundamental a libertação de toda e qualquer opressão. Diante do contexto de total dominação e imposição imperial, a apocalíptica foi apresentada como indicativo da justiça divina, que deveria promover nos cristãos esperança.

Dessa forma, no terceiro capítulo foi apresentada a literatura apocalíptica como mensagem de esperança em tempos de crise. Desde o contexto imperial no primeiro século e ao longo da história do cristianismo, houve inúmeras perseguições, opressões, dominações e adversidades para produzir desânimo, angústia e sofrimento. Foi diante dessas circunstâncias que a mensagem apocalíptica e o Apocalipse se colocaram como tema central, de conforto e de esperança.

Mesmo muitos cristãos não resistindo e abandonando a fé, a mensagem, ao chegar aos destinatários, cumpriu com seu objetivo e boa parte dos cristãos mantiveram firmes diante das adversidades. Nesse sentido, aqueles cristãos se tornaram exemplos. Mesmo diante das perseguições impostas pelo império, se mantiveram firmes.

O tempo atual é também de dominação de muitos impérios. O império do capital provoca uma significativa desigualdade social. Enquanto lucros dos bancos aumentam de um lado, do outro lado aumenta o número de pessoas que vivem na linha da miséria. O terceiro capítulo destacou as diversas crises que assolam a humanidade. Outra situação digna de destaque no momento atual são as pessoas que fogem das guerras e buscam refúgio em outros países. A acolhida do estrangeiro é um grande desafio do tempo presente.

Diante de tantas crises que assolam o mundo, o contexto brasileiro vive seus dramas e dilemas. O número de desempregados é algo aproximado a 13 milhões de pessoas no Brasil. Algo absolutamente preocupante e que se reflete no dia a dia. Diante desse contexto de crise, conclui-se essa pesquisa com a mais forte convicção de que a apocalíptica e o Apocalipse de João é uma mensagem de esperança.

## REFERÊNCIAS

AGNOLOM, L. **Segredos do Fim**. São Paulo: UFOP, 2014.

ALFÖLDY, Géza. **A história social de Roma**. Trad. Maria do Carmo Cary. Lisboa: Editorial Presença, 1989.

BALDWIN, Joyce G. **Daniel**: introdução e comentário. São Paulo: Vida Nova/Mundo Cristão, 1983.

BARCLAY, W. **El Nuevo Testamento Comentado: Apocalipsis**. Buenos Aires: La Aurora, 1975.

BENTO XVI. **Spe salvi**: sobre a esperança cristã. São Paulo: Paulus; Loyola, 2007.

BLANCO, Carlos. **El pensamiento de La Apocalíptica judia**. Madrid: Trotta, 2013.

BOER B. B. A Teologia da Libertação e a crise de nossa época. In: **Teologia da Libertação**: balanço e perspectivas. São Paulo: Ática, 2006.

BONAN, P. P. **The Gospel According to St. John**, 2009.

BRAIN, J. . **A alegria de ser livre**. São Paulo: Paulinas, 2000.

BRIGHT, John. **História de Israel**. 7ª edição. São Paulo: Paulus, 2003.

BRUCE, R. K. **Paixão pela vida**. São Paulo: ASTE, 2002.

BUTTI, O. et al. **El futuro de la esperanza**. Salamanca: Sígueme, 2001.

CALL, Y. **A fonte da vida**: o Espírito Santo e a teologia da vida. São Paulo: Loyola, 2010.

CAMPOS, Ludimila Caliman. **O Cristianismo e o Império Romano: tópicos sobre a mobilidade espacial, identidade étnica e hibridismo cultural.** Revista *Ágora*, Vitória, n. 15, 2012, p. 132-135, 2012.

CHEVITARESE, André. Cristianismo e Império Romano. In: **Repensando o Império Romano: perspectiva socioeconômica, política e cultural.** Rio de Janeiro: Mauad, 2006.

COLLINS, John J. **A imaginação apocalíptica. Uma introdução à literatura apocalíptica judaica.** São Paulo: Paulus, 2010.

COMBY, LEMONON. **The future of hope. Theology as Eschatology.** Herder and Herder, 1987.

COTHENET, Edouard. **San Pablo em su tiempo.** 4ª edição. Navarra: Verbo Divino, 1985.

COSTA, Herminsten Maia Pereira. **Literatura, fé e esperança: uma introdução à apocalíptica judaica.** Simpósio Nacional da Associação Brasileira de História das Religiões, UFG, Mai. 2009, Goiânia.

CROATTO, J. Severino. **Apocalíptica y esperanza de los oprimidos (Contexto socio-político y cultural del género apocalíptico):** 7 (1990:3) 9-24.

CROIX, G.E.M. **Why were the Early Christians persecuted? Past and Present.** n.26, p.6-38, 1963.

CROSSAN, John Dominic. **God and empire – Jesus Against Rome, Then and now.** New York: HarperCollins, 2010.

\_\_\_\_\_. **Em busca de Paulo: como o apóstolo de Jesus opôs o Reino de Deus ao império Romano.** São Paulo: Paulinas, 2007.

DAMAZIO, L. **O mar se abriu**: Trinta anos de teologia na América Latina, 2002.

DANTAS, K. **Teologia da Esperança**: Estudos sobre os fundamentos e as consequências de uma escatologia cristã. Loyola, 2006.

DAVIS, Paul K. **100 decisive battles**. New York: Oxford University Press, 1999.

DEGAN, Alex. Qual é o Império Romano de Flávio Josefo? *In: As formas do Império Romano*. São Paulo: UFOP, 2014.

DUNN, J.D.G. **The theology of Paul, the Apostle**, Eerdmans. MI: Grand Rapids, 1998.

FELDMAN, S. A. **De civis romanii a nefariam sectam**: a posição jurídica da minoria judaica no Codex Theodosianus (séc. IV e V). Revista da SBPH, Curitiba, n. 21, p. 7- 16, 2001.

FELDMAN, L.H. Hata, G. (ed.). **Josephus, the Bible and History**. Detroit: Wayne State University Press, 1989.

GIBBON, Edward. **Declínio e queda do Império Romano**. S. Paulo: Companhia das Letras, 2003.

GIUSEPPE, Flavio. **La guerra giudaica**. Trad. e notas G. Vittucci. S.I.: Arnaldo Mondadori Ed. 1974, v.1, p.XXXVIII-XL.

GHELLI, Leônidas Ramos. **A influência da apocalíptica na formação tardia dos livros de Oséias e Amós**. São Leopoldo/RS: EST, 2013.

GONÇALVES, L. **Quem é Jesus Cristo para nós hoje?** Petrópolis: Vozes, 2007 p. 11-32.

GREEN, J.B. Macdonald, L.M. **The World of the New Testament – cultural, social and historical contexts**. Michigan: Baker Academic, 2012.

GREEN, J. B. **Mind and Nature: A Necessary Unity**, Dutton, Nova York, 2000.

GRUBER, T. K. **Le debat du siecle**, Paris, Desclée de Brower, 2012.

HADAS-LEBEL, Mireille. **Flávio Josefo: o judeu de Roma**. Rio de Janeiro: Imago, 1991.

HANSON, Paul D. Apocalypse, genre; Apocalypticism. In: CRIM, Keith (Ed.). **The interpreter's dictionary of the Bible**. Nashville: Abingdon Press, 1976.

HAWTHORNE, Gerald F; MARTIN, Ralph P; REID, Daniel G. (Orgs.) **Dicionário de Paulo e suas cartas**.

HENGEL, M. **Die Zeloten**. Leiden: Brill, 1961.

HOLYLAND, Pilgrimage. **Um dia em Jaffa antiga**. Disponível em: <http://www.holyland-pilgrimage.org/pt-pt/um-dia-em-jaffa-antiga>. Acesso 13 jul. 2016.

HORSLEY, Richard A. **Ancient Jewish Banditry and the Revolt against Rome, A.D.66-77**, The catholic Biblical quarterly, n.43, p.409-432, 1981, p.422-424.

JOHNSON, Paul. **História dos judeus**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Imago, 1995.

JOLY, Fábio Duarte. **As formas do Império Romano**. São Paulo: UFOP, 2014.

JOSEFO, Flávio. **História dos Hebreus**. Rio de Janeiro: CPAD, 2000.

JEREMIAS, J. *As parábolas de Jesus*, p. 207-11; LIMA, M. de L. C. **Jesus como juiz e salvador no Novo Testamento: algumas indicações bíblico-**

teológicas fundamentais a partir dos textos evangélicos. *Communio: Revista Internacional de Teologia e Cultura*, Rio de Janeiro, v. 28, n. 3, p. 617, jul./set. 2009.

KESSLER, Rainer. **História social do antigo Israel**. São Paulo: Paulinas, 2009.

KOCH, Klaus. **The rediscovery of apocalyptic**. Naperville: Alec R. Anderson, 1972.

KREISSIG, Heiz. A marxist view of Josephus account of the Jewish war. In: Feldman, L.H. Hata, G. (ed.). **Josephus, the Bible and History**. Detroit: Wayne State University Press, 1989.

KROESTER, P. **Descoberta da fé**. Petrópolis, Vozes, 2005.

LACERNA, L. K. **A Graça do Apocalipse**. Loyola, 2008.

LACUNA, W. **A Igreja do Fim**. São Paulo: Globo, 2007.

LEAL, M. **Cristo, fin de la tortura**. *Selecciones de teologia*, Barcelona, v. 31, n. 124, p. 311-316, oct./dic. 2009.

LIMA, Anderson de Oliveira. **Roma e os camponeses da Galiléia**: os motivos que proporcionaram nascimento do movimento de Jesus de Nazaré. *Ciber Teologia – Revista de Teologia & Cultura*. Ano 4, n. 32, 2010.

LIMA JÚNIOR, Francisco Chagas. **O império e a cruz**: reflexos da teologia imperial romana na cristologia da igreja primitiva. *Revista brasileira de história das religiões*. Anpuh, ano ii, n. 5, set. 2009.

LOBIANCO, Luís Eduardo. **O outono da Judéia (Séculos I a.C. – I d.C.) – Resistência e Guerras judaicas sob o domínio romano**. Niterói: UFF, 1999.

LOCUS, D. **O Ponto de Mutação**, Editora Cultrix, São Paulo, 2011.

LÓPEZ, Javier, “**Contribución del Apocalipsis para una evangelización de la política**”: 16 (1993:3) 73-91.

LOURY, E. **Primero el Reino de Dios**. Selecciones de teología, Barcelona, v. 30, n. 117, p. 3-12, ene./mar. 2009.

LUCK, I. Apresentação da 3ª edição. São Leopoldo, 2009. In: MOLTSMANN, J. **Teologia da Esperança**.

MANSON, T.W. **O Ensino de Jesus**. São Paulo: ASTE, 1965.

MARGOLIS, M. L.; MARX, A. **Historia del pueblo judío**. Buenos Aires: Editorial Israel, 1945.

MAXWELL. My theological career, 1991, p. 170. Apud: MUELLER, E. R. Apresentação da 3ª edição. São Leopoldo, 2005. In: MOLTSMANN, J. **Teologia da Esperança. Estudos sobre os fundamentos e as consequências de uma escatologia cristã**. Trad. Helmuth Alfredo Simon. 3. ed. São Paulo: Teológica. Loyola, 2014, p. 14-15.

MENDES, G. **A esperança cristã na ressurreição**. Petrópolis: Vozes, 2005.

MENNEM, Inge. **Power and status in the Roman empire, AD 193-284**. Boston: Leiden, 2011.

MÍGUEZ, Néstor O. “**El Imperio y después. Sostener la esperanza bíblica en medio de la opresión**”: 48 (2004:2) 7-22.

\_\_\_\_\_. **Pablo de Tarso – militante de La fé**. Disponível em: file:///C:/Users/User/Downloads/02-33465659-RIBLA-20.pdf. Acesso 17 out. 2016.

\_\_\_\_\_. **Para além do espírito do Império: novas perspectivas em política e religião**. São Paulo: Paulinas, 2012.

MOLTMANN, Jürgen. **Teologia da esperança**: estudos sobre os fundamentos e as consequências de uma escatologia cristã. São Paulo: ed. Teológica, 2003.

MUSTAH, F. **O Amor nos Escritos de João**, 2003.

NASCIMENTO, O. **A Bíblia de Jerusalém**. Nova edição revista e ampliada. São Paulo: Paulus, 2012.

NEDEL, J. **Reflexões sobre a justiça e suas formas**. Cultura e Fé: Revista de Humanidades, Porto Alegre, n. 131, p. 530, out.-dez. 2010.

NOGUEIRA, Paulo Augusto. **O que é apocalipse**. São Paulo: Brasiliense, 2009.

OLIVEIRA, D. **Como vejo o mundo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

OLIVER, W. **Autopoiesis in Systems Analysis**: A Debate, International Journal of General Systems, vol. 99, nº 22, 2011.

PAUL, André. **O judaísmo tardio – história política**. São Paulo: Paulinas, 1983.

PERETZ, I.L. **História Judaica**. São Paulo: Sophia, 2015.

PIXLEY, Jorge. **A história de Israel a partir dos pobres**. 10. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

\_\_\_\_\_. **“El imperio en el Evangelio según San Juan”**: 48 (2004:2) 87-94.

PLINY THE YOUNGER. Letters. In. SHERWIN-WHITE, A.N., **Letters of Pliny. A historical and social commentary**. Oxford: Oxford University Press, 1966.

- RAMOS, S. **A Trindade e a sociedade**. 4ª ed., Petrópolis: Vozes, 2009
- RATZINGER, J. **Entre muerte y resurrección**. Vaticano: Libreria Editrice Vaticana; Madrid: Encuentro, 2013.
- RIEGER, Joerg. **Cristo e o império: de Paulo aos tempos pós-coloniais**. São Paulo: Paulus, 2009.
- ROCHA, Ivan Esperança. **Dominadores e dominados na Palestina do Século I**. Revista de História, São Paulo, 23 (1-2): 2004.
- RODRIGUES, T. **El Dios crucificado**. Salamanca: Sígueme, 2008.
- RODRIGUES C. A. **À escuta do Outro: filosofia e revelação**. São Paulo: Paulinas, 2010.
- ROLLAND, U. **Hope for the Church**. Moltmann in Dialogue with Practical Theology. Nashville: Abingdon, p. 128-136, 1983.
- ROSSI, Luiz Alexandre Solano. **Cultura militar e de violência no mundo antigo: Israel, Assíria, Babilônia, Pérsia e Grécia**. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2008.
- SAMPLEY, J. Paul (org). **Paulo no mundo greco-romano: um compêndio**. São Paulo: Paulus, 2008.
- SANTOS, João Henrique. **Os deuses em armas: apontamentos sobre a batalha de Beit-Horon**. E-Premissas – Revista de estudos estratégicos. Nº 2, Janeiro/Junho, 2007.
- SANTOS, R. **A Vinda de Deus**. Trad. Nélio Schneider. São Leopoldo: Unisinos, 2001.

SANTOS, R. **A cristologia escatológica de J. Moltmann**. Teo comunicação. Porto Alegre, 2010.

SCHEINDLIN, Raymond P. **História ilustrada do povo judeu**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2003.

SÊNECA, Helv. **A história social de Roma**. Trad. Maria do Carmo Cary. Lisboa: Presença, 1989.

SERIQUE, D. **El dolor de Dios**: una discusión teológica. Loyola, 2011.

SILBERMAN, Neil Asher. **A mensagem e o Reino; como Jesus e Paulo deram início a uma revolução e transformaram o mundo antigo**. São Paulo: Loyola, 2000.

SILVA, Bruna Jéssica Cabral. **O movimento apocalíptico e macabeu como protesto ao domínio helênico**. Revista Oráculo. Ano 9, número 14, 2014.

SILVA, Diogo Pereira. **As perseguições aos cristãos no Império Romano (Séc. 1-IV)**: dois modelos de apreensão. Revista Jesus Histórico. N. 7, ano X, 2015, Rio de Janeiro.

SOARES, Dionísio Oliveira. A literatura apocalíptica: o gênero como expressão. Horizonte. Belo Horizonte, v. 7, n. 13, p. 99-113, dez. 2008.

SOUZA, G. **Cristo de esperança**: La cristologia escatológica de J. Moltmann. Salamanca: Biblioteca Salmanticensis, 2013.

SOUZA J. L. **O resgate da dignidade da Terra** - a Terra como nova centralidade. Cadernos Fé e Política, Petrópolis, n.14, 2012.

STAM, Juan. **Comentário Bíblico Iberoamericano – Apocalipse**. Buenos Aires: Ediciones Kairós, 1999.

TELES, M. **Teologia moral**. 2ª ed., Petrópolis, Ed. Vozes, 2015.

TORREY, H. O significado permanente da Teologia da Libertação in BINGEMER, M. C. e ANDRADE, P. F. C. (Orgs.) **O mistério e a história**. São Paulo: Loyola, 2000.

TOMMY, W. **Teologia e prática**, Petrópolis, Vozes, 2000.

WACHSMUTH, F. **O pensamento vivo de Teilhard de Chardin**. S. Paulo, Ed. Martin Claret, 1994.

WILKINSON, John. **Jerusalém ammo Domini**. Trad. Bárbara Theoto Lambert. São Paulo: Melhoramentos, 1993.

VERGARA, Z. **Prática da Teologia em novos paradigmas: adequação aos tempos atuais**. São Paulo: Loyola, 2002.

ZILLES, Urbano. **Esperança para além da morte**. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, 1980.